

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PRÁTICAS
ANTIRRACISTAS**

PALOMA RODRIGUES CARDOSO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

PALOMA RODRIGUES CARDOSO

Sob a orientação de
LUCIENE A. M. NAIFF

*Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em
Psicologia*

SEROPÉDICA, ABRIL DE 2023

C268r CARDOSO, Paloma Rodrigues, 1995-
Representações Sociais de Práticas Antirracistas /
Paloma Rodrigues CARDOSO. - Rio de Janeiro, 2023.
85 f.: il.

Orientadora: Luciene Alves Miguez NAIFF.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, 2023.

1. Representações Sociais. 2. Antirracismo. 3.
Racismo. I. NAIFF, Luciene Alves Miguez , 1969-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Psicologia III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Paloma Rodrigues Cardoso

Dissertação apresentada à banca para Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGSSI) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Representações Sociais de Práticas Antirracistas

Orientadora: Dr.^a Luciene Alves Miguez Naiff

Aprovada em 08/05/2023

.Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF
Data: 17/07/2023 09:11:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Luciene Alves Miguez Naiff (Orientadora)
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente
 INGRID FARIA GIANORDOLI NASCIMENTO
Data: 05/07/2023 08:16:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ingrid Gianordoli- Nascimento (Examinadora externa)
Universidade Federal de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
 DIANA RAMOS DE OLIVEIRA
Data: 14/06/2023 18:02:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a Diana Ramos (Examinadora interna)
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Seropédica/
RJ2023**

AGRADECIMENTOS

À Exu, senhor dos destinos, por todos os caminhos abertos até aqui. Aos meus pais, Cleide e Carlos, por acreditarem no caminho da educação e por todo investimento para que eu pudesse segui-lo. As minhas queridas pessoas: Stephanie, Djalma, Francis, Natan, Alexandra e Maia, por ajudar a tornar esta jornada mais leve e sustentável para a minha saúde. À Luciene, minha orientadora, por toda paciência, gentileza e inspiração.

Obrigada.

RESUMO

CARDOSO, Paloma Rodrigues. **Representações Sociais de Práticas Antirracistas.** 2023. 80p Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Esta pesquisa objetivou identificar as representações sociais sobre práticas antirracistas no Brasil, investigando como o brasileiro entende e pratica seu posicionamento antirracista e qual suas informações sobre as práticas. Apesar do termo “práticas antirracistas” ter ganhado visibilidade maior nos últimos tempos, os movimentos antirracismo são históricos e produziram, e ainda produzem, mudanças e rupturas na sociedade estruturalmente racista. A insatisfação psicosocial de grupos minoritários diante da discriminação, negligência do Estado, carências sociais e em casos extremos, porém comuns de violência ou morte levou pessoas a se unirem e reclamar contra a violência sistêmica que, pela lógica racista de pensamento, governo e cultura, os atingiam. Utilizando a Teoria das Representações Sociais e a Teoria das Minorias Ativas, buscamos também, mensurar a provável influência social que as minorias raciais provocam potencialmente nas mudanças psicosociais do preconceito racial através das práticas antirracistas. Foi realizado um estudo de campo, feito com instrumentos virtuais (online) com estrutura descritiva. Utilizamos a Abordagem Estrutural das Representações Sociais e a Teoria das Minorias Ativas. O objetivo deste estudo é identificar representações sociais de práticas antirracistas em grupos sociais separados a partir das variáveis: identidade étnica; gênero; escolaridade. Participaram desta pesquisa 200 pessoas maiores de 18 anos.

Palavras-chave: Representações Sociais; Práticas Antirracistas; Antirracismo.

ABSTRACT

CARDOSO, Paloma Rodrigues. Social Representations of Antiracist Practices. 2023. 80p Dissertation (Master's in Psychology). Institute of Education, Postgraduate Program in Psychology. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

This research aimed to identify social representations of antiracist practices in Brazil, investigating how Brazilians understand and practice their antiracist stance and what their information is about the practices. Despite the term "antiracist practices" having gained greater visibility in recent times, antiracism movements are historical and have produced, and still produce, changes and ruptures in structurally racist society. The psychosocial dissatisfaction of minority groups faced with discrimination, state negligence, social shortcomings, and in extreme but common cases of violence or death, led people to unite and protest against the systemic violence that, through racist logic of thought, government, and culture, affected them. Using the Theory of Social Representations and the Theory of Active Minorities, we also sought to measure the probable social influence that racial minorities potentially provoke in the psychosocial changes of racial prejudice through antiracist practices. A field study was conducted using virtual (online) descriptive instruments. We used the Structural Approach of Social Representations and the Theory of Active Minorities. The objective of this study is to identify social representations of antiracist practices in socially separated groups based on the variables: ethnic identity, gender, and education level. 200 participants over 18 years old took part in this research.

Keywords: Social Representations; Antiracist Practices; Antiracism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS	15
CAPÍTULO 1 RAÇA E RACISMO	16
CAPÍTULO 2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	29
MÉTODO	43
RESULTADOS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - idade dos participantes

GRÁFICO 2 - identidade de gênero dos participantes

GRÁFICO 3 - identidade étnica dos participantes

GRÁFICO 4 - escolaridade dos participantes

GRÁFICO 5 - natureza do ensino dos participantes

GRÁFICO 6 - respostas à pergunta 4

GRÁFICO 7 - respostas à pergunta 10

GRÁFICO 8 - análise de similitude do termo indutor "racismo"

GRÁFICO 9 - análise de similitude do termo indutor "movimento negro"

GRÁFICO 10 - análise de similitude do termo indutor "práticas antirracistas"

TABELA 1 - análise prototípica do termo indutor "racismo"

TABELA 2 - análise prototípica do termo indutor "movimento negro"

TABELA 3 - análise prototípica do termo indutor "práticas antirracistas"

TABELA 4 - análise de conteúdo da questão 5

TABELA 5 - análise de conteúdo da questão 6

TABELA 6 - análise de conteúdo da questão 7

TABELA 7 - análise de conteúdo da questão 8

TABELA 8 - análise de conteúdo da questão 9

Introdução

Introduzir um estudo sobre antirracismo é uma tarefa complexa, uma vez que esta prática existe como uma resposta ou uma intervenção a uma outra prática. O antirracismo existe como resposta ao racismo (Munanga, 2004). Mas qual importância de entender e investigar as representações sociais que podem haver a respeito do antirracismo? Nesta pesquisa, investigaremos como essa prática é entendida, compartilhada e qual a potência para influenciar mudanças sociais necessárias para o enfrentamento do racismo e seus desdobramentos psicossociais.

Apesar da visibilidade recente deste termo, o antirracismo teve uma construção histórica a partir de episódios, pessoas e movimentos representativos para a luta por igualdade, visibilidade e garantia de direitos de minorias raciais e étnicas. A insatisfação psicossocial de grupos minoritários diante da discriminação, negligência do Estado, carências sociais e em casos extremos, porém comuns de violência ou morte levou pessoas a se unirem e reclamar contra a violência sistêmica que, pela lógica racista de pensamento, governo e cultura, os atingiam (Vargas, 2013).

Alguns movimentos antirracistas ganharam visibilidade como o Movimento Black Power (1960) e o partido dos Panteras Negras (1966), nos Estados Unidos da América; a luta política de Nelson Mandela (1918-2013) contra o Apartheid na África do Sul e a Revolta da Chibata (1910), no Brasil (Davis, 2016; Felisberto, 2018; Mandela, 2013; Newton, 2013). Porém, apesar de ocorrerem em tempos e contextos diferentes, estes movimentos tiveram em comum tanto a percepção por parte de minorias étnico-sociais das violências que estavam sofrendo quanto da necessidade de resistir a essas violências para movimentar mudanças que as favoreçam e protejam.

Estes movimentos fundamentaram e influenciaram muitos outros atos de resistência ao racismo e discriminação racial (Crawford, 2017). Não obstante, os modos de luta, ao longo da evolução do processo de conhecimento de como funciona

o modelo racialista em que pessoas não-brancas são submetidas, variaram em possibilidades, intensidades e formas. Hoje, o posicionamento antirracista, além de um reclame político, também é reconhecido como uma intervenção cultural e identitária, com potencial para promover saúde e resgate de cidadania, espaço e segurança pública.

Para fazer o antirracismo como uma prática de promoção de saúde psicossocial, tal como de sobrevivência, partiremos do conceito construído de raça e como este significou a existência de vidas negras, indígenas e racializadas desde a sua concepção. Depois, olhando para um dos desdobramentos desse conceito, olharemos para o racismo e como este sintoma fora injetado em nossa cultura e transformado em estrutura social e institucional (Carone & Bento, 2020). Só depois focaremos então no surgimento do antirracismo como uma resposta/intervenção possível tanto para o enfrentamento quanto para a promoção de saúde de quem o pratica.

Atualmente, as produções em Psicologia Social sobre racismo olham para o tema sob a perspectiva da branquitude, do processo político-cultural de formação de identidade do brasileiro e das implicações psicossociais do racismo (Fonseca, 2021). Tal como as possibilidades de intervenções e importância de estratégias de enfrentamento. Ao discutir como e porque estes tópicos são levantados como campo de estudo e práticas, conseguimos compreender como se relacionam e desdobram na vida, existência e saúde dos brasileiros.

Ao entender o poder do discurso de fundamentar práticas e interações sociais que interferem no modo de vida das pessoas, pesquisadores alimentaram o campo da Psicologia Social com investigações e conceitos que mapeiam o campo teórico dos estudos de raça e racismo. A psicologia social se ocupa de conceituar raça, racismo, preconceito, discriminação e outros constructos teóricos que surgem nos textos científicos sobre racismo, mas também estruturar o campo teórico e propõe estudos científicos sobre este tema, favorecendo a compreensão e intervenção nas consequências do racismo (Alvaro e Garrido, 2006; Lima, 2020).

Ao iniciar uma discussão sobre racismo, é preciso relembrar ou compreender o processo histórico-cultural de formação do pensamento racista. Como o entendimento do homem, do que é o ser humano pelo próprio homem e como a

evolução do saber humanista passa por um processo de diferenciação de si e do outro até alcançar o processo de exclusão e, até mesmo, eliminação ou maquinização do outro em seu espaço, território ou campo de visão (Moura, 2011).

Inserido em uma lógica de exclusão e violência, o racismo utiliza conceitos sobre brancos e não-brancos que foram compartilhados a partir de uma construção histórica de conhecimento sobre o outro. Desde tempos antigos, aquele identificado como membro de um grupo diferente é percebido como uma ameaça. Tajfel (1984) destaca essa tendência como uma formação de identidade social que pode ocorrer até mesmo em grupos mínimos. A própria origem da palavra paz, do latim *pax*, que se refere à ação de delimitar uma fronteira entre territórios por meio de um ato de passar uma pá no solo, pressupõe que, sem delimitações, há uma tendência ao conflito entre grupos internos e externos (Serres, 2011).

A ideia do outro como uma ameaça e possivelmente aquele que deve ser distanciado, eliminado ou dominado foi determinante para a criação do termo raça como um conceito político e territorialista (Silva e Souza, 2015). Ao longo da história, as rotulações foram utilizadas como forma de delimitar, separar e discriminar aqueles que não faziam parte do próprio grupo, ou seja, o outro. Essas rotulações eram baseadas em critérios como região, etnia, sistema de crenças e nível de desenvolvimento, o que contribuiu para que povos de outros continentes, especialmente aqueles fora da Europa, fossem considerados como ameaças ou inferiores (Almeida, 2019). É importante ressaltar que, embora essa reflexão não seja aprofundada aqui, o poder na esfera mundial concedeu a alguns grupos, e não a outros, o poder de nomear quais grupos são os dominantes e quais serão rechaçados.

A prática de separação de pessoas por raça resultou na subjugação de grupos étnicos como o negro, o indígena e outros povos, pelos europeus. Acreditava-se que povos de outros continentes eram menos evoluídos por circunstâncias como geografia desfavorecida, características étnicas que não as caucasianas e incapacidade de desenvolvimento urbano. Estes argumentos respaldam o processo imperialista e colonialista que, a partir das ideias de liberdade iluministas que circulavam na Europa, acreditavam que o homem europeu, como mais evoluído, teria potencial para governar e levar o desenvolvimento para o mundo, ainda que a custo

de invadir, dominar, assassinar e escravizar nativos de outros continentes (Gonzalez, 2008).

De acordo com Araújo e Nascimento (2017), os séculos de imperialismo, colonização, genocídio e escravidão étnica moldaram as informações compartilhadas a respeito do negro, perpetuando a diminuição e vitimização de sua existência. Essa prática histórica é refletida no presente brasileiro, em que a desigualdade socioeconômica e racial se manifesta na desvalorização da cultura afrodescendente e indígena, na negligência do Estado em relação à saúde biopsicossocial da população marginalizada geográfica e etnicamente, na polarização dos recursos econômicos e nas implicações da desigualdade racial na qualidade e expectativa de vida da população preta, parda e indígena.

Assim como o sistema social racista que hoje presenciamos se baseia em um *continuum* histórico, vindo de uma política de branqueamento e purificação étnica que ainda se faz presente em diferente roupagem, também o antirracismo, a resistência a violência e a todos os sofrimentos causados pela opressão racial acompanha a narrativa identitária brasileira (Silva, 2012). Rebeliões escravistas e indígenas, resistências afro religiosas, manifestações culturais e quilombos durante a Colônia e movimentos político-sociais unificados durante a República funcionaram como dispositivos de construção da identidade étnica afro-indígena brasileira que, com ou sem enfrentamento, ainda resiste, reclama e influencia os modos desiguais de existência (Silva, 2014).

Esta influência, que garantiu diversos espaços, direitos e reconhecimentos da vida e existência do negro e indígena brasileiro procede à noção de minoria ativa (Moscovici, 2011), de existência de uma intolerância por parte do grupo majoritário que desdobra no espremer da vida das minorias. Essa noção é fundamental para que uma minoria, seja ela de qualquer natureza, se una, reconheça seus reclames e demandas, assim como a carência de suas necessidades e assume o conflito como meio para influenciar e movimentar os ajustes sociais necessários para que a seja atendida.

No Brasil, além dos exemplos históricos de influência social por parte de minorias racialmente oprimidas, temos a partir da segunda metade do século XX, o Movimento Negro, que unificou propostas político-culturais e educacionais e foi

responsável por projetos de leis, projetos educacionais e culturais. Este movimento influenciou, ao longo dos anos, reconhecimentos da cultura afro-brasileira como a capoeira, as religiões de matriz africanas e o samba como legítimos, tirando alguns da ilegalidade e marginalidade (Cunha, 2016).

Todos esses movimentos de resistência e cultura afro-brasileiras são exemplos de práticas antirracistas, uma vez que se posicionaram contra o racismo seja reclamando suas demandas diante da opressão cultural e do estado, seja trabalhando na formação de conhecimento e conteúdo. Acrescentamos ainda que tais manifestações, além de celebrar e manter práticas culturais, educacionais e religiosas trazidas pela diáspora africana ao Brasil, serviram de construção para a identidade étnica brasileira, uma vez que é possível promover saúde, autoestima e qualidade de vida da população negra ao iluminar seu conhecimento tão mistificado pelo racismo estrutural brasileiro (Carone e Bento, 2021).

Algumas manifestações antirracistas ganharam relevância no século atual, como o Black Lives Matter (Revista Galileu, 2020), movimento estadunidense surgido em 2012 em protesto à violência policial submetida à população negra, que em muitos eventos, resultou em homicídios contra negros americanos. No Brasil, o movimento foi traduzido como Vidas Negras Importam (G1, 2020) e ganhou visibilidade nas redes sociais, tanto após o assassinato do americano George Floyd, quanto após episódios de violência policial em operações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) nas comunidades do Rio de Janeiro (UOL, 2021).

Apesar dessas manifestações serem diretas e com linguagem de enfrentamento e combate, não resumem as possibilidades de posicionamento antirracista. Por meio de processo de influência social através do posicionamento de minorias políticas, conquistas como a Política de Ações Afirmativas, a legitimação do Movimento Negro Brasileiro, a legalização das religiões afro-brasileiras e conquistas culturais como o reconhecimento da capoeira como esporte nacional e a educação étnica nas escolas somaram ao movimento de influência social das minorias raciais.

Baseamos este estudo na Teoria das Minorias Ativas (Moscovici, 2011), que explica o processo de mudança através da influência social dos grupos minoritários que, ao reconhecer que está em posição de desequilíbrio, desigualdade social ou até

em lugar de marginalização, reclama seu espaço, pertencimento e sobrevivência levando aos grandes grupos a dúvida em relação a validade de seu discurso.

Neste estudo, buscaremos investigar o processo de mudança de atitude em relação ao racismo causado pela influência de práticas antirracistas e como determinados grupos conhecem, conceituam e compartilham informação sobre racismo e sobre o antirracismo. Este último através das representações sociais de movimentos e práticas popularmente conhecidos como a política de ações afirmativas, as conquistas políticas do Movimento Negro e a inclusão de disciplinas como História da África e Relações Étnico-raciais no currículo escolar.

Levaremos em conta também as consequências do racismo na saúde e na existência e do impacto do posicionamento político-social antirracista e suas implicações sociais na potência de enfrentamento e promoção de saúde.

Objetivos

O objetivo deste estudo foi identificar representações sociais de práticas antirracistas em grupos de pessoas com mais de 18 anos. O estudo contou com 200 participantes.

Logo, buscamos analisar se há influência social, mudança de atitude e de informações compartilhadas a respeito de práticas antirracistas. Buscamos também, nas representações sociais oriundas das evocações do termo “práticas antirracistas”, o aparecimento de elementos que apontem para 3 grandes ações antirracistas realizadas no Brasil em tempos mais atuais, quais sejam: Cotas raciais, campanha em mídias sociais Vidas Negras Importam, inclusão de disciplina Relações Étnico-raciais no ciclo médio e graduação, e por fim, nos atentamos a conhecer as práticas cotidianas elencadas pelos participantes como práticas antirracistas.

Capítulo 1 - Raça e Racismo

1.1 - Conceito de raça no mundo

A partir dos estudos acadêmicos renascentistas e iluministas nos séculos XVI e XVII sobre humanidades, foi cunhado o conceito de raça como termo biológico-geográfico-social para explicar e justificar as existências humanas por uma abordagem hierárquica ao comparar os nativos de outros continentes com o europeu. (Almeida, 2019). No século XVII, escritos científico-filosóficos efervescem o movimento iluminista com ideias de que aqueles que não alcançassem a civilização através da lei, arte, ciência e economia eram bárbaros.

A partir do Iluminismo, os europeus desenvolveram estudos sobre a humanidade nos quais o conceito de raça era utilizado como uma característica definidora e classificatória para os seres humanos em seus escritos. Porém, com o avanço do mercantilismo, mais especificamente com o avanço europeu para o continente africano, este conceito ganha conotação capacitista na qual as diferenças entre as raças apontavam para hierarquia racial, sendo a raça ariana superior às outras. Este conceito leva ao entendimento de raça como uma linguagem política de biopoder, uma vez que ao classificar pessoas em mais ou menos evoluídas, era justificável tomada de controle sobre seus territórios e vidas (Mbembe, 2018, p.39).

A partir da ideia de raça superior, justificaram processos violentos e desumanizantes como a escravidão de povos africanos e extermínio indígena. Acreditavam que, por incapacidade, atraso evolutivo e posição geográfica desfavorecida, os "povos bárbaros" ainda não haviam conquistado tudo o que o europeu conquistara. Essa crença cunhou o argumento de levar ao outro a civilização que aquele ainda não havia experimentado. Ali começa o projeto de colonização dos continentes asiáticos, africano e americano. (Almeida, 2019).

Argumentos evolucionistas e de manutenção social foram usados numa justificativa de que a raça branca europeia era superior às outras e, portanto, deveria, além de se manter pura, imperar e governar outros continentes a fim de levar a cidadania e liberdade, como ocorreu em processos como o colonialismo, extermínio indígena e oriental e escravidão de negros africanos, assim com o extermínio judeu

durante a Segunda Guerra Mundial, justificado pela ideia de purificação ariana do povo alemão (Hofstadter, 2019, p. 152-153).

Embora Schucman (2010) defende a importância da utilização do termo raça em estudos sobre racismo no Brasil, ainda há vestígios do uso científico de raça biológica para discriminar socialmente pessoas de grupos racializados. Hoje, o uso do termo raça é duplamente necessário: tanto para o reconhecimento de que pessoas inseridas em um grupo que sofre discriminação e violência possam ser reparadas, quanto para que essas pessoas possam assumir como parte de sua própria identidade étnica e social um termo usado como arma de preconceito e para que seja incorporado socialmente a uma nova representação.

1.2- Ser negro no Brasil - da escravidão às ações afirmativas

No século XVII, os estudos raciológicos defendiam que o negro e o índio eram menos evoluídos e os autores usavam descrições animalescas, bestiais e sexuais para abordar seu comportamento. Esta abordagem, hoje entendida como teoria da degeneração da humanidade, garantiu aos colonizadores respaldo para a manutenção da proposta de colonização, uma vez que estes povos seriam incapazes de se gerenciar sem um governo regente europeu. (Carone & Bento, 2020).

Constituído o conceito de raça e de hierarquia racial, os estados e instituições promovem o biopoder (Furtado e Camilo, 2017), considerado como práticas políticas de controle social promovidas a partir do século XIX para validar o conceito de ordem social, segregando, punindo e promovendo tratamento institucional e legal discriminatório àqueles que pertenciam a raças entendidas como inferiores. A vida de brasileiros negros, indígenas e miscigenados, em defesa de uma política bionormativa, era a vida de pessoas submetidas pelo poder do estado e sua qualidade de vida é preterida aos interesses políticos de estado e instituições.

A presença da lógica racial europeia na construção social brasileira foi evidente, não apenas durante a colonização, onde práticas violentas e desumanas como o extermínio indígena e tráfico de pessoas para trabalho escravo eram comuns. Durante o período colonial, a ideologia racial europeia teve forte influência entre a

nobreza, que também representava a camada social do Estado. As abordagens científicas da Teoria Racial e da Degenerescência influenciaram estudiosos brasileiros a projetar políticas sociais que visavam a formação de uma identidade nacional racista e eugenista (Maia e Zamora, 2018).

A ideologia de embranquecimento racial brasileiro resultou na implantação do pensamento racista e hegemônico nos aparelhos políticos, sociais e estatais. Teóricos como Nina Rodrigues, influenciados pela teoria racial europeia, elaboraram estudos eugenistas que implicaram na formação político-cultural-estatal do Brasil (Piza, 2019). O conceituado médico brasileiro Nina Rodrigues, foi autor de um estudo que objetivou mensurar a aptidão à criminalidade através de uma escala de mestiçagem medida pelo tamanho do crânio, acreditando que quanto mais mestiço, maior aptidão à criminalidade sendo preciso o julgamento legal de seus crimes de forma diferenciada de como seria julgado uma pessoa branca (Maia e Zamora, 2018).

Este trabalho, assim como outros escritos de intelectuais renomados durante o Brasil Colônia e início da república, influenciaram a formação do estado brasileiro. O código penal brasileiro, por exemplo, foi criado a partir de consultas com, além do próprio Nina Rodrigues, outros peritos científicos. Ou seja, a partir da ideologia racial favoreceram a representação do negro, indígena ou mestiço como alguém criminoso e incapaz de coexistir em sociedade (Almeida, 2019).

No século XIX, estudiosos geneticistas entenderam que a definição de raça é uma construção social e não biológica, uma vez que não existem diferenças genéticas significativas entre humanos de diferentes etnias, o que inviabiliza a ideia de que há uma hierarquia biopsicossocial que possa sustentar o conceito de raça biológica. Dessa forma, a raça permanece como uma classificação política e social (Schucman, 2010). Portanto, o uso do conceito de raça como argumento para respaldar a segregação e a divisão de classes era justificado pelo uso social e político do entendimento de raça.

Este conceito de hierarquia racial, a partir do entendimento político que se tinha de raça em decorrência das informações compartilhadas no período pós-escravista impactou o manejo da população negra e mestiça por parte do Estado. Ao passo que havia o interesse na condenação da miscigenação, objetivando a higienização

populacional através do branqueamento da população, também havia forte desconfiança e hostilidade em relação a essa camada social. Agora libertos da escravidão, os mestiços e negros ocupavam uma parcela considerável da população e despertavam a urgência do Estado de gerenciar o problema racial do país (Munanga, 2004).

As tentativas de pressionar o branqueamento da população era também o meio de idealizar o corpo branco para o negro, para que este negasse a si mesmo e buscassem a integração social através da proximidade com a branquitude (Carone, 2002). A partir de uma perspectiva positivista e pró-branqueamento, acreditava-se que a hierarquia racial estaria além das diferenças evolutivas físicas, uma vez que não havia indícios de hibridez (como esterilidade em nascidos mestiços), mas sim das diferenças morais como resultado da mestiçagem. Na ideologia positivista que embasou a política pós-colonial, a miscigenação era um caminho para a evolução física, intelectual e moral para os mestiços se integrarem na nova configuração de sociedade (Schucman, 2018).

Um outro manejo estatal da política de branqueamento foi o projeto econômico de implantação do liberalismo no Brasil. Influenciado por teóricos liberais como Joaquim Nabuco, o projeto de modernização industrial defendia a resolução do problema da estrutura social colonial do Brasil com a importação de mão de obra europeia, apesar de não especializada e sem específica experiência de trabalho, para ocupar os cargos industriais ou administrativos. Também era defendido que a vinda de trabalhadores europeus ajudaria a embranquecer o país através do aumento da miscigenação, que levaria a um aumento da quantidade de brancos mestiços adaptados ao clima brasileiro (Guedes e Campos, 2022).

É possível entender, de acordo com Carone (2002), que a ideologia de branqueamento foi uma tentativa de apagar o problema do negro no Brasil. O negro e o mestiço eram entendidos como ameaças, pois assim era a representação de um colonizado, um sub-humano que, por estar aquém das condições psicossociais de coexistência, intelecto, moral, também estava aquém de merecer ser entendido como um humano em seu modelo universal, o branco (Almeida, 2019).

Como narrado por Carone (2002):

"A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social, que apostava na seleção natural através da 'purificação étnica', na vitória do elemento branco sobre o negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento interracial um homem ariano plenamente adaptado as condições brasileiras (p.16)"

Ou seja, as tentativas de apagamento do negro também se deram de forma interna, no apagamento não só da cor através da mestiçagem, mas também de tudo o que o negro trouxera quando trazido do continente africano. A marginalização da língua, da memória, da religiosidade afetou o entendimento e aceitação de si. O negro, para evoluir do lugar sub-humano e animalesco de escravo e incluir-se entre aqueles considerados dignos de humanidade, precisaria deixar de ser negro, precisaria embranquecer (Oliveira, 2015).

Coincidindo com a abolição da escravidão, o projeto de lei 601, de apropriação de terras produtivas para imigrantes, em sua maioria italianos e alemães, fora aprovado. O quadro estabelecido fora de imigrantes europeus beneficiados com posses de terras produtoras de matérias primas como café e gado; e negros ocupando cargos subalternos de trabalhos e sem estrutura adequada para moradia (CFP, 2017).

Porém, o projeto econômico, que facilitou a imigração em massa de italianos e alemães para o Brasil não incluiu a população negra no mercado de trabalho. A esta parte da população coube o subemprego do mercado industrial que estava por se estabelecer no país, além da realocação geográfica nas bordas periféricas do país, a ocupação em serviços como lavradores, assalariados rurais (troca de trabalho por moradia), trabalhadores de mineração, etc. Os negros que formaram alguma massa trabalhista nas regiões industrializadas eram empregados em posições de subordinação em relação aos trabalhadores imigrantes. (Gonzalez, 2020, p.36).

Logo, é possível visualizar a estrutura populacional brasileira delimitada geográfica e economicamente através das segregações raciais, dos prejuízos trabalhistas e sanitários nos quais a população negra fora submetida e na negligência, falta de políticas públicas adequadas e hostilidade do Estado para com essa camada populacional. Esta estrutura desigual que posiciona o negro na condição sub-humana, ainda que liberto do sistema escravista, se dá pela abolição malsucedida, que falhou

em incluir o negro na configuração pós-colonial que estava por acontecer (da Silva et al, 2020).

No paralelo entre a formação do estado brasileiro e os problemas de desigualdade, saúde pública e educação, existe o racismo como ideologia de formação, administração e cultura e que enraíza os principais desafios sociais do Brasil, uma vez que o projeto político de branqueamento resultou em práticas de negligência, abandono e prejuízos à saúde física, mental e estrutural da população negra. A ausência do olhar do Estado para o negro e sua realocação na sociedade, cria-se uma cadeia de demandas psicosociais desta população que além do não atendimento também recebem a hostilidade e a ignorância (Carneiro, 2018).

A desigualdade social é uma das principais consequências e prejuízos nos quais o negro brasileiro é submetido. Ao enfraquecer a saúde trabalhista do negro, vários outros contextos também são afetados como saúde mental, física e social. O negro sem posto adequado de trabalho e moradia torna-se o negro sem acesso a saúde e qualidade de vida. Para sobreviver à competição desigual pelos poucos postos de trabalho que lhe sobraram, muitos recorreram a trabalhos marginalizados e informais, corroborando para a diminuição de sua expectativa de vida (Werneck, 2016).

A liberdade do negro escravizado apesar de legalmente lhe garantir direito à cidadania, não significou na prática, a conquista de sua humanidade e dignidade social. A posse sob a pessoa que antes o escravo era submetido após a alforria modifica-se para o controle de corpos exercido pelas autoridades com o argumento de se fazer segurança pública. A partir de argumentos como o de Nina Rodrigues e a teoria da degenerescência, que influenciou o exercício jurídico do Código Penal a penalizar de forma diferenciada negros e mestiços, corpos negros, ainda que libertos passaram a ser alvos de autoridades de segurança, uma vez que havia a representação de que eram potencialmente perigosos (da Silva et al, 2020).

A exclusão do negro do processo civilizatório não ocorreu apenas através do controle de corpos e criminalização. O que era do negro era associado a criminalidade ou ao anticristianismo. Sua cultura tal como sua religião também foi marginalizada,

sendo a capoeira e o candomblé criminalizados, junto às suas manifestações musicais como samba (da Silva et al, 2020).

O histórico das práticas racistas em diferentes camadas da sociedade brasileira contribuiu para o atual quadro de desigualdade, violência e prejuízos na saúde biopsicossocial da população negra. Tanto em termos de racismo individual, cultural, institucional ou estrutural (Almeida, 2019), o racismo brasileiro é um problema social evidente por meio de números. De acordo com o censo de 2018 realizado pelo IBGE, é possível estabelecer um paralelo entre um passado escravista, excludente e fracassado em relação à população negra e um presente violento, insalubre e desigual enfrentado por essa população.

Os temas analisados pelo censo de 2018 foram os escolhidos como essenciais para garantia de cidadania e qualidade de vida pela Assembleia Geral da ONU em 2013 (IBGE, 2018), estes são: distribuição de renda e acesso à moradia, acesso à educação, indicadores relativos à violência e representação política. Em relação a distribuição de renda, foi analisado as condições do negro no mercado de trabalho, que apesar de representar a maior parte da população de trabalhadores, também representa maior parte de desocupados (64%) e subocupados (66,1%).

As estatísticas de subocupados, os trabalhadores informais, apontam a distância entre o acesso à instrução e especialização de brancos e negros no Brasil. A falta de instrução, além de promover a desvantagem no mercado de trabalho, também dificulta o acesso a direitos trabalhistas como piso salarial e aposentadoria. Ao todo, a diferença da taxa composta de subutilização segundo o nível de instrução é de 18,8% da população branca contra 29,9% da população preta ou parda. Na ocupação informal, somados os números de todas as regiões do Brasil, 34,6% da população branca contra 47,3% da população preta ou parda.

Outra consequência da diferença educacional entre grupos étnicos está na relação ao rendimento médio mensal dos trabalhadores empregados, a população branca recebe R\$ 2796,00, 76% superior ao da população preta e parda, que recebe em média R\$ 1608,00. Entre essas diferenças, há uma maior remuneração de homens brancos em relação as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Ou seja, há significativas diferenças entre brancos e pretos e pardos em

relação a ocupação, instrução, remuneração e desocupação, sendo visível a vantagem e a valorização no mercado de trabalho.

Os dados do IBGE sobre condições de moradia mostram uma distribuição de renda problemática, na qual a população negra apresenta um percentual de pobreza monetária menor que a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial (32,9%). A distribuição espacial de domicílios da população branca é duas vezes mais normal em comparação a pessoas pretas. Estas, pelo menos nas cidades de São Paulo (18,7%) e Rio de Janeiro (30,5%), tem o dobro de chances de viverem em condições de aglomeração subnormal.

Os dados sobre o acesso à educação apontam uma maior taxa de analfabetismo em pessoas pretas e pardas, apesar da crescente melhora em relação aos anos desde o início do levantamento (1990). A diferença entre a taxa de analfabetismo é mais destacada em ambientes rurais, onde a população preta (20,7%) se encontra em maior percentual em relação a população branca (11%), sendo o total, incluindo o cenário urbano de 3,9% de analfabetos brancos contra 9,1% pretos e pardos.

Apesar do crescente acesso ao nível superior, ainda há significativa distância entre o acesso a população preta (18%) e a população branca (36%). Entre todos os segmentos educacionais, o nível superior é o que mais aponta distância entre brancos e não-brancos, este dado evidencia a análise anterior, na qual a dificuldade de acesso ao nível superior reflete na condição de renda e ocupação no mercado de trabalho.

Os índices de violência no Brasil, medidos pelas taxas de homicídio, apontam para uma grotesca diferença entre as chances de uma pessoa branca sofrer um homicídio 16% em relação aos 43,4% de chances de uma pessoa parda ou preta. Esse percentual traduz quase o triplo de chances de uma pessoa não-branca ser assassinada no Brasil, sendo o grupo de jovens de 15 a 29, dentre todas as faixas etárias o mais atingido pela violência letal. 98,5 homicídios a cada 100 mil jovens.

Os dados estatísticos levantados pelo IBGE (2018) apontam uma discrepância histórica entre a qualidade de vida, saúde, segurança, renda e acesso à educação. As desvantagens da população preta e parda são severas e indicam o quanto o racismo está posto na desigualdade social instalada no Brasil devido a sua formação

histórica. O desafio pelo equilíbrio e justiça social, apesar dos avanços, é grande e complexo. Porém, até aqui, diversos movimentos aconteceram e ainda tem potencial para emergir do grupo em desvantagem.

1.3 Políticas de resistência: práticas antirracistas

Na Teoria das Minorias Ativas, Moscovici (2011) estabelece papel de destaque para as dinâmicas de grupos e subgrupos sociais. O autor entende a divisão social entre grupos minoritários, sendo estes compostos por sujeitos marginalizados, diminuídos, segregados por motivos arbitrários resultantes de fatores políticos, históricos e sociais, exemplos de grupos minoritários em nossa sociedade são negros, mulheres e LGBT+; e grupos majoritários que detém o poder social.

Moscovici (2011) apontou a relevância de alguns fatores para que as diferenças entre os grupos que prejudicam, marginalizam, colocam em desvantagem ou até em risco os grupos minoritários, possam ser diminuídas, equilibradas ou deixem de existir. Este fenômeno aconteceria caso ocorra a influência social a favor do grupo que está demandando a mudança. Porém, para que esta influência aconteça, é necessário que primeiro o grupo que demanda a atenção e movimento perceba que há uma desvantagem, descolamento social e outros prejuízos em comparação aos membros dos grandes grupos.

Além do entendimento deste desequilíbrio, também é importante para a mudança social que o grupo minoritário assuma a necessidade de estar em conflito com as normas que os marginalizam e com os grandes grupos que garantem a manutenção desta ordem social (Moscovici, 2011). O conflito não precisa ser necessariamente através de luta armada ou qualquer outro modo de embate físico, basta a discordância, o posicionamento e as práticas de criação vínculo e acolhimento entre outros sujeitos minoritários, cobrança às autoridades, entre outras práticas de posicionamento discordante as normas seguidas pela maioria para exercer alguma influência sobre o outro grupo.

Alguns movimentos sociais minoritários no Brasil e no mundo destacaram-se pelo enfrentamento ao racismo e suas práticas discriminatórias. No Brasil, o primeiro movimento político ativo e minoritário foi o Movimento Negro, inspirado na luta contra o Apartheid Sul-africano de Nelson Mandela e na luta contra a violência racial das

autoridades policiais e políticas estadunidense do Partido dos Panteras Negras, ambos entre as décadas de 1950 e 1970 (Munanga, 2014; Carone, 1988).

Apesar das tentativas de sufocamento e silenciamento durante a ditadura civil-militar e a ditadura da Era Vargas, por exemplo, o Movimento Negro Brasileiro conquistou importantes espaços político-culturais para a população negra e não-branca. O Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento foi um exemplo de resistência cultural ao se propor, através de arte, preservar a identidade afro cultural, a promoção da luta pela liberdade dos povos afro-brasileiros e posicionar-se na luta internacional contra o racismo (Munanga, 1986).

Uma importante prática antirracista conquistada politicamente pelo Movimento Negro foram as políticas de ações afirmativas (Lei 12.711). As cotas raciais em Ensino Superior foram iniciadas em 2001, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), seguida pelas demais universidades nos próximos anos. A reserva de vagas em ensino superior e médio técnico, para parcelas de estudante em desigualdade racial e social, objetiva o alcance da equidade numérica de negros e indígenas em relação a brancos em instituições públicas de ensino.

A política de ações afirmativas, implementada pela Lei 12.711, teve como resultado intervenção à desigualdade social sofrida pela população negra, indígena e de baixa renda no contexto educacional (Santana; Meireles e Carvalho, 2019). Uma vez que o racismo se configura socialmente na manutenção da exclusão do negro dos meios de ascensão social afim de manter o privilégio branco de permanência e domínio de estruturas de poder, a diversidade de estudantes negros e pobres nas instituições de ensino superior promovida pela política cotas funciona como uma potente prática antirracista. (Munanga, 2001).

Outra prática antirracista que gerou tensionamentos e discussões foi a campanha do movimento estadunidense Black Lives Matter (2012), traduzida para o português brasileiro como Vidas Negras Importam. A partir de um episódio fatal de violência policial que vitimou um homem negro em Minneapolis, EUA, protestos contra violência racial espalharam-se pelo estado americano. Em paralelo, ativistas brasileiros levantaram a semelhança entre o ocorrido e episódios de violência policial no Brasil. O Vidas Negras Importam surgiu como uma campanha midiática e ativista,

que ganhou impulso de grandes marcas, TV e canais de internet. Tais discussões implicaram no debate de violência racial na mídia e a necessidade de intervenções antirracistas.

O antirracismo pode ser praticado em diferentes configurações, como lei de ações afirmativas, inclusão da disciplina relações étnico-raciais no ensino básico e superior, políticas públicas de incentivo a cultura afro-brasileira como capoeira e rodas de samba, campanhas de posicionamento contra violência racial, entre outras. Apesar dos diferentes modos de exercício, contexto e existências, as práticas antirracistas têm em comum o atendimento a uma demanda: a intervenção em relação à falta de equidade racial e a necessidade do reconhecimento de um desequilíbrio, do reclame dos prejudicados e da influência das minorias prejudicadas para que o Estado interviesse sobre seus reclames (Silva, 2017; Farias, 2018; Fonseca, 2018; Santos, 2016).

1.4 - Psicologia social e racismo

A identidade nacional brasileira foi cunhada sob uma lógica de pensamento racista e eugenista que iniciou no século XVI ainda durante o período escravista. Essa lógica de pensamento influenciou os discursos que deram força e justificativa as assimetrias sociais históricas e atuais que atravessam em diferentes graus a vida do brasileiro. É através do discurso, por exemplo, que uma informação é criada, compartilhada e justificada para respaldar práticas e interações sociais (Schucman, 2000).

A lógica racista foi transformada em pensamento científico e projeto político que se instaurou no estado brasileiro desde sua formação. A política do branqueamento, a democracia racial e outras lógicas de pensamento e discurso racistas e elitistas estão presentes, de modo atualizado, no discurso justificatório do brasileiro acerca das desigualdades e opressões sociais (Bento, 2002).

O conceito sobre o negro no Brasil, em seus diferentes modos, respaldou práticas discriminatórias e violentas que resultam, ainda hoje, na manutenção da opressão de raça e classe. A ideia de que o negro é um ser inferior pois pertence a

uma raça inferior em relação ao branco promove o que Boaventura Sousa Santos (2010) chama de paradigma do colonialismo, efeito em que a desumanização do negro leva a trocas desiguais em relação ao branco, resultando em consequências na sua existência, respaldando práticas de negligência, exploração e exclusão social.

O entendimento do poder do discurso para a formação de práticas sociais e seus desdobramentos para a existência de quem é vitimado por representações inferiorizantes foi trazido por Mbembe (2018, apud Carvalhes, Silva e Lima, 2020) como razão negra, que seria a prática de fazer circular o conceito do negro como imoral, selvagem e indigno de qualificação moral e intelectual. Esse conceito pode ser evidenciado em práticas diárias nas quais pessoas entendem o sujeito negro como uma ameaça ao esconder seus pertences ou evitar proximidade em um ambiente; quando mulheres negras são dirigidas com falas obscenas e sexuais; com apelidos e apontamentos desqualificantes sobre as características negroides, por exemplo.

Bento (2020) entende essas diferentes práticas como discriminatórias e exclusivas. Ambas sintomáticas do medo e projeção de si no outro, lógicas instaladas no pensamento brasileiro desde sua formação como estado-nação, que se constituiu banhada a teorias racialistas que circulavam a Europa no século XVIII. Neste modelo de pensamento, o branco encontra-se como figura central e aquele que não pertence a sua etnia, como o negro, indígena ou o oriental são ilustrados como o outro. O outro, para o branco europeu, serviu de totém para explicar o que era ameaçador, malquisto, imoral, sujo.

A ideia do branco como modelo universal de humanidade desdobrou no pensamento discriminatório da elite branca brasileira sobre o negro, o índio e o mestiço durante o período colonial. Este pensamento provocou a movimentação da elite, e consequentemente do Estado, a criar um modelo político-cultural-estatal que diferenciava o manejo institucional para brancos e não-brancos (Almeida, 2019).

O objetivo deste manejo discriminatório por parte dos aparelhos do Estado era tanto de garantir o lugar de privilégio da elite - respaldados pelos estudos de raciology, os quais defendiam que o mestiço ameaçava a ordem social ao ameaçar os lugares de regente da elite (Zanova, 2012) - quanto o de manter o negro, o índio e o mestiço, figuras entendidas como ameaçadoras sobre duro controle do Estado.

Porém, para que as práticas de discriminação, segregação e outras formas de intolerância cheguem à superfície, ou seja, ganhem a forma de palavras ofensivas, comportamentos excludentes e violentos, ocorrem processos cognitivos e sociais desde o momento de vislumbre do outro (ou até antes), passando pelo processamento de identificação de acordo com a informação resguardada sobre aquele objeto e resultando em atitudes em relação ao outro, podendo desdobrar na discriminação propriamente dita (Alvaro e Garrido, 2006).

Tais processos foram elucidados e conceituados pela Psicologia Social ao avançar, desde a década de 1950 nos estudos sobre racismo, preconceito e discriminação racial. O entendimento destes fenômenos para este estudo no qual o combate ao racismo, nomeado de antirracismo, é objeto de olhar investigativo, é requisitado para que saibamos de qual especificidade do racismo estamos olhando conforme as características de cada evento (Guimarães, 1999; Monteiro, 2005).

A luz da psicologia social, o racismo propriamente dito, pode ganhar algumas definições conceituais. Uma de que é um fenômeno cognitivo, uma vez que se trata de um sistema de doutrina, crenças, atitudes, teorias e afetos em relação a pessoas de diferentes grupos, identificados por marcadores étnicos, culturais e/ou geográficos. Por exemplo, o termo racismo foi explicado para sistematizar as atitudes em relação ao povo judeu por parte do sistema nazista (Lima, 2020), ou ao estado norte-americano em relação aos ameríndios e afro-americanos.

Uma outra é que o racismo é a ação deste sistema de doutrina ideológica. Ação que configura na tentativa de um grupo dominante de manter e alimentar a estrutura que o privilegia, ainda que cause prejuízos às vítimas, grupo que é colocado em posição de subordinação. Tal estrutura, através de diversas negações ao grupo subordinado, de acesso ao básico para manutenção de saúde e qualidade de vida a acesso a meios de promoção dessas negações. Assim, nega ao grupo vitimado pelo racismo acesso ao poder (Carneiro, 2003).

Lima e Vala (2014b) acrescentam a definição de Pierre Van Den Berghe em que o racismo é visto como uma hierarquia definida pela inferiorização de determinados grupos justificado por suas diferenças físicas como cor da pele ou outros traços; culturais como religião e sotaque. Para o endogrupo, tais diferenças,

sejam estas reais ou imaginadas, determinam naturalmente habilidades ou marcas culturais internas. Basta que as representações sociais do exogrupos, o grupo alvo do racismo, naturalize a percepção destas diferenças.

Alguns pontos de conceituação podem ajudar a diferenciar os fenômenos de racismo e preconceito. Visto que o racismo, além de um fenômeno cognitivo, um sistema de crenças, doutrinas e atitudes de inferiorização na representação de outro grupo étnico, é posto em ação na naturalização de diferenças físicas ou imaginárias. Atribuindo-as, então, a representações sociais inferiorizantes em relação ao indivíduo ou grupo e justificando práticas de negação de acessos e manutenção de privilégios do grupo dominante que violentam o grupo dominado (Lima apud Hoyt Jr, 2020). Enquanto o preconceito permanece a nível individual como a atitude de essencializar, naturalizar e desvalorizar pessoas por suas diferenças reais ou socialmente colocadas (Allport, 1954).

Capítulo 2 - Teoria das Representações Sociais

2.1 – Surgimento e consolidação da Teoria

Em 1961, Moscovici criou a expressão “representação social” em sua tese “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. Nesta obra encontra-se a gênese do conceito de representações sociais com o objetivo de fazer uma ponte entre conceitos da Sociologia e Psicologia. Moscovici então se diferencia do conceito de representações coletivas, de Durkheim, de que existe um pensamento social coletivo que constrói o pensamento do indivíduo. Para Moscovici, a noção de Durkheim desconsidera a pluralidade de entendimentos e modos de organização de pensamento.

Moscovici, então, inaugura a seguinte definição de representações sociais:

“Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum” (Moscovici, 1981)

Seguindo a discussão proposta com o objetivo de diferenciar as representações sociais das representações coletivas de Durkheim, o campo de pesquisa em representações sociais teve autores que se preocuparam em elaborar

as condições de emergência ou não das representações (condições para se formar). Foram então cunhadas as seguintes condições: a) Dispersão da informação, desfasamento entre a informação disponível (realidade) e a informação necessária para a compreensão de um problema ou um objeto, sendo esta informação na maioria dos casos falha; b) Focalização, na qual recursos ou interesses gerem permanência ou urgência de uma representação. E por fim, c) pressão à inferência, que seria a pressão do grupo sobre o objeto.

Outros autores ampliaram e trouxeram incrementos a teoria mãe criada por Moscovici. Abric (1994) nomeia as funções das representações sociais. Sendo elas: a)Função de saber, que permite que informação que chega sobre determinada realidade; b) função identitária, que define a identidade que permite a manutenção dos grupos, sendo uma característica prática; c) função de orientação, que guia os comportamentos e as práticas ; e d) função justificatória; que permite justificar as tomadas de posição.

Jodelet (2001) argumenta sobre as seis perspectivas para a formação das representações sociais. São elas: ênfase cognitiva (conhecimento) pela representação; acentuação dos aspectos significantes da atividade representativa (prática); representação como forma de discurso (construção de conhecimento); dinâmica das representações determinadas pelo grupo e ênfase social, na qual a posição do sujeito determina seu poder de produzir representações.

As contribuições de Jodelet como a moderna definição de representações sociais como conhecimento prático e consensual produzido coletivamente foram esmiuçadas pela autora em sua obra Loucura e Representações Sociais (2005). No livro, a autora traz a sua tese de doutorado, que fora realizada na vila (Ainay-le-Chateau) onde, após uma decisão de médicos psiquiatras, os doentes seriam soltos da ala hospitalar e alojados numa instalação da vila. Assim, coexistiam doentes e os demais cidadãos da vila. Nesse estudo, Jodelet mostra que os doentes frequentavam as casas noturnas, dançavam, praticavam demais atividades sociais.

Entretanto, ainda que a coexistência para o contexto histórico era considerada vanguardista, Jodelet tivera a sensibilidade de perceber como determinados comportamentos estavam implicados nas representações sociais que os habitantes da vila fizeram sobre os loucos. A classificação dos internos como doentes,

portadores de doença mental, malucos, por exemplo, segregava-os dos demais moradores. A ideia, de que a doença é contagiosa por troca de excrementos, levava os habitantes ao que Jodelet chamava de práticas significantes, como lavar suas roupas separando as dos internos e a não compartilhar talheres e pratos.

Moscovici deixa a obra de Jodelet, um prefácio no qual entende e explica ao leitor o cuidado que a autora teve de trazer as representações sociais como um modo de conhecimento diferente do know-how técnico-científico, uma vez que as representações sociais acontecem na prática.

“Se comprehendo bem os ensinamentos desta pesquisa, então as representações sociais são intelectualmente diferentes das representações profissionais, ou mesmo científicas, por razões inversas às que se alegam habitualmente. Não é em razão de um defeito de estrutura, de uma insuficiência lógica, ou de um desconhecimento das contradições entre as noções combinadas. Mas porque elas são obrigadas a combinar várias áreas de conhecimento e de prática, ao mesmo tempo que vários modos de pensamento.” (Moscovici, 2015, p 17)

Jodelet (2005) nos mostra, através de exemplos observados em campo, as representações sociais como fator de implicação nas práticas sociais – o que a autora pôde, através do embasamento em Abric chamar de práticas significantes. A autora também ilustra, com o olhar na formação das representações, os processos de objetivação e ancoragem.

A objetivação teria um funcionamento, metaforicamente, como a funções que retém informações, estrutura e assume o papel metafórico de borda, entre as representações e realidade, tornando-as teoricamente mais estreitas.

“(...) a objetivação explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número ilimitado de elementos ligados por relações” (Jodelet, D. (2015, p. 48)

A ancoragem faz a transformação das novas informações em ação e compreensão do objeto. É o processo capaz de enraizar o sistema de pensamento e atribuir o sentido prático, resultando na ação. Através do processo de ancoragem, sentidos e significações são integradas e transformadas em conhecimento para interpretar a realidade.

2.2 - Abordagem Estrutural das Representações Sociais

A abordagem estrutural das representações sociais, fundada por Abric em 1976, é tema de tese de doutorado de Sá em 1996, busca investigar as estruturas das representações sociais no viés de uma psicologia social focada na relação do meio com o indivíduo e suas consequências para as suas vidas e no entendimento de como os grupos se comportam, constroem informações e modificam suas práticas.

Em sua tese Núcleo Central das Representações Sociais, Sá (1996) explica ao leitor que, com a teoria do Núcleo Central, Abric não pretende substituir a proposição inicial da teoria das representações sociais cunhada por Moscovici. A proposta aqui é elaborar uma grande teoria que anexasse à primeira experienciando um caminho metodológico de pesquisa. Sá (1996; 1998) nos deixa algumas noções sobre a estrutura das representações e como se pensar a pesquisa nesse campo.

Em seus resultados de pesquisa sobre as relações entre representações e comportamento, Abric (2001) entende que há uma organização particular de uma representação: os elementos da representação sofrem internamente uma hierarquia entre si, sendo a representação em si organizada em torno de um núcleo central. O núcleo contém elementos que dão a identidade da representação. O núcleo é resistente a mudanças e determina como a situação, fenômeno, indivíduo é representado e implica no comportamento dos sujeitos.

Portanto, a noção da abordagem estrutural se propõe a entender o núcleo central como uma estrutura organizadora dos elementos das representações sociais. A estrutura que lhes dá sentido (Sá 1996). Sendo ainda o núcleo central formado por elementos nos quais sua inflexibilidade e resistência a mudanças garante existência da representação tal como de seu significado.

Podemos entender como um exemplo da inflexibilidade dos elementos do núcleo central na pesquisa de Guimelli (Wolter & Sá, 2013) sobre as representações sociais da caça para caçadores. Após um fenômeno ecológico que extinguiu os coelhos selvagens de uma vila, caçadores tiveram de criar coelhos para caçar (uma tradição milenar). A quebra da tradição de caçar coelhos selvagens gerou nos caçadores uma questão no pensamento sobre a prática já que no núcleo central da representação social da caça estavam os elementos “prender” e “selvagem”.

Dissonante do que eles estavam fazendo na tentativa de manter a tradição soltando animais criados.

Sobre o núcleo central, Flament levanta a questão de que haveriam representações autônomas e não-autônomas, a priori formulando se as não-autônomas seriam anucleadas. O autor reformula trazendo as representações não-autônomas como parte periférica de representações e não como representações em si, pois na teoria inicial, como traz Abric (apud Sá, 1996), estas dependem do núcleo para a sua existência.

Abric inclusive traz a estabilidade do núcleo central como uma função extra às prescritas por ele como funções do núcleo central para a representação. Se a mudança do núcleo central implica na transformação completa de uma representação (Sá apud Abric, 1996) então Guimelli entendeu que o núcleo central da representação da caça aqui não mudou, permanecendo a mudança na periferia. Podemos a partir dos resultados obtidos por Guimelli pensar na relação entre a representação e práticas, pois este é um exemplo no qual as práticas implicaram na mudança periférica da representação.

As funções do núcleo central propostas por Abric, necessárias para a estrutura, estabilidade e funcionamento das representações, são: função geradora, que seria a função de criar ou transformar o significado de elementos construtivos da representação. Dão sentido aos elementos. E também uma função organizadora, que seria o elemento que unifica os elementos e estabiliza as camadas da representação.

O levantamento do núcleo central é importante para primeiro saber se há de fato uma representação e caso houver, para o conhecimento dos elementos cognitivos que fazem parte do sentido dado ao do objeto, uma vez que para Abric o núcleo central, por ocupar uma posição de privilégio na estrutura da representação, contém em seus elementos parte da natureza do objeto e parte da relação que o grupo mantém com o objeto. Ao passo que temos o núcleo central, há também na estrutura das representações sociais o sistema periférico. Apenas o núcleo central é insuficiente para entender o funcionamento e implicações das representações sociais (Abric, 1993, p. 75-78).

Uma vez que o núcleo central se constitui de características como rigidez, inflexibilidade, outras características apontadas por Abric (1993), como estar ligado a heranças culturais; sendo assim implicado por uma memória coletiva do objeto, históricas e coletivas; sua constituição em base comum, partilhada, grupal que dá o seu caráter consensual. Essas características definem o núcleo central como permanente e resistente a mudanças imediatas e sociais.

Por sua vez, o sistema periférico funciona como a borda entre a realidade concreta e o núcleo central. Este sistema soma ao núcleo a estrutura da representação. É ele que dá a possibilidade de representação de ancoragem (dar significado) conforme o contexto atual. Pois suas características como mobilidade, flexibilidade e expressão individual permitem que os elementos do núcleo permaneçam intactos a mudanças, protegendo então a estrutura geral da representação. Uma outra função do sistema periférico é possibilitar a entrada de elementos individuais na representação, ligados à história e ao contexto da pessoa (Moscovici, 2007).

Apesar de a abordagem estrutural das representações sociais trazer uma metodologia bem aceita entre os pesquisadores, há uma bifurcação conceitual que divide autores e consequentemente o rumo de pesquisas atuais: As práticas levariam a mudança das representações sociais ou as representações sociais é que mudam as práticas?

Abric traz um posicionamento ambíguo, outros autores como Guimelli argumenta que as práticas implicam as representações sociais, Rouquete, que defendia que esta relação não é circular (práticas e representações), pois a influência é diferente – argumenta que as representações são condições para as práticas. Uma vez que a prática pode influenciar na representação, isso implicaria em liberdade de escolha dos sujeitos? Caso a representação seja precedente da prática, o quanto o ser humano é livre numa sociedade? Fica para nós pesquisadores compromissados com o estudo das representações sociais uma intrigante questão a respeito de sua implicação na realidade.

2.3 - Teoria das Minorias Ativas

A tese das Minorias Ativas foi publicada por Moscovici em 1961, nela, o autor se posicionou contra a conformidade e convivência a uma ideologia política de obediência, servidão e silenciamento social. A Psicologia Social se encontrava seguindo lógicas de discursos manifestados durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, sugerindo o conceito de ciência a serviço da ordem social, defendia o progresso social e individual a partir da meritocracia. Sua tese trouxe importantes contribuições para a compreensão da existência do ativismo político e sua necessidade para as partes oprimidas da sociedade (Hernandez; Arccossi; Guareschi, 2013).

Moscovici (2011) traz em sua tese luz a fenômenos como conflito e processos de ação coletiva e influência das minorias sociais, assuntos evitados nas teses em Psicologia Social na época. Elaborou o conceito de minorias ativas como os movimentos individuais ou grupais que criam estratégias de ação para garantia de defesa de sua liberdade de escolha e existência. O autor entendia a mudança ou intenção de mudança elementos politicamente necessários. Sendo assim, as minorias não necessariamente em quantitativo, mas sim caracterizadas por sua marginalização, são um dispositivo contra a hegemonia capaz de reivindicar pautas e ações com ou sem aparato institucional.

Além de propostas de ação e mudança, uma minoria também é potente para assumir um espaço de participação social e engajamento ideológico e comportamental para compor um corpo que dialoga com o reconhecimento dos conflitos e negociação de soluções. O reconhecimento do conflito, para Moscovici, leva a minoria engajada a assumir a postura de quem está implicado com a construção de um novo modo de ver e viver as tensões que levam ao conflito. As minorias lutam pelo espaço de construção de suas próprias realidades, de novas ideias e representações, do conhecimento sobre si e do seu próprio modo de existir (Moscovici, 2011).

Logo, Moscovici resgata em sua tese o tema do conflito, pois defende que o conflito é necessário para o processo de mudança social, uma vez que para manifestar as tensões é preciso claro entendimento de que há uma relação opressora e discriminatória desfavorecendo a existência de um grupo. Nesse caso então, as

tensões são importantes, uma vez que são manifestações do descontentamento de uma minoria, resultando na mudança de representação (Moscovici, 2011).

Segundo o autor:

“Assim, a minoria, que representa a opinião e o comportamento reprimido ou recusado, revela, em público o que ocorreu em privado; a minoria exerce sempre certo influxo sobre a maioria e pode incitar à modificação do seu comportamento ou sua atitude, para induzi-la a ser mais tolerante com o que antes estava excluído ou proibido.” (2011, p. 75)

Percebe-se a importância de entender a troca de fluxos entre minoria e maioria, tal como a compreensão de um grupo exerce influência sobre o outro. A troca de fluxos entre minoria e maioria ocorrem sempre onde há interação social. Essa interação acontece entre governantes e população, líderes de instituições e seus subordinados, até entre pais e filhos. Ou seja, em ocasiões nas quais o poder é instrumento para o funcionamento das interações, há troca de fluxos e influência entre quem exerce e quem recebe o exercício do poder.

Esta influência, segundo Moscovici, pode ser percebida quando, por exemplo, a minoria, entendida de suas motivações opiniões sobre as dinâmicas vividas nas interações sociais e as consequências para sua vida, manifesta-se em busca do equilíbrio desta relação de poder. Esta manifestação da minoria impacta a maioria, que reage flexionando, dentro do possível. Este flexionar foi exemplificado pelo autor. Um governante que modifica seu plano de governo a partir das manifestações de minorias está cedendo a esta influência, influenciando também a maioria de seus governados.

Por outro lado, uma minoria é o grupo marginalizado e malquisto por aqueles que estão no exercício do poder, ou seja, pela maioria. Geralmente, é ausente a possibilidade de exclusão total das minorias, salvo eventos em que essa exclusão ou tentativas de fato ocorreram como o Holocausto, justificado por Hitler como uma solução para a purificação ariana; chacinas de pessoas em situações de rua ou em vulnerabilidade executadas por forças policiais ou de poder vigilante paralelo no Brasil.

Como a exclusão de uma minoria não é legitimamente possível através de tentativas por morte, exílio, privação de liberdade ou outras formas de silenciamento,

a maioria tende a exercer outros métodos de opressão. A negação do direito à cidadania, quando as instituições negligenciam a assistência a grupos populacionais em vulnerabilidades como a falta de provimento de atenção básica à saúde, educação e saneamento em regiões periféricas como também a falta de investimento em cultura, arte e práticas esportivas podem ser exemplos. Essas práticas tornam o acesso a direitos básicos e necessários para o desenvolvimento populacional e intrapessoal pouco ou inacessíveis às minorias. Assim, para Moscovici, o fluxo de uma maioria influência direta e indiretamente os grupos pertencentes à minoria.

Fazer parte de uma minoria é, em muitos aspectos, ser visto como um desviante ou desobediente que requer o reconhecimento de suas demandas biopsicossociais não atendidas pelo aparelho social e estatal, ou também por discordância das normas instituídas por acreditar na possibilidade de novos modos de existir. Ambos modos de ser minoritário, uma vez que ao apresentar um desagrado ou desencaixe as normas vigentes tem o poder de influenciar ao apresentar novos pensamentos, idéias, modos de vida diferentes dos já estabelecidos. Ou seja, é inegável a influência que um grupo exerce sobre o outro. Tanto o exercício de poder, exclusão e opressão praticado pela maioria influencia a vida, as possibilidades, as oportunidades, a saúde, ou seja, a experiência de vida dos grupos minoritários quanto o reclame da minoria, sua expressão popular, sua potência como dispositivo de união e mudança influencia o regimento, hegemonia, informação e produção de sentido sobre as minorias (Moscovici, 2011).

Apesar de postar o potencial de influência da minoria, Moscovici (2011) elabora diferentes modos de ser minoritário. Sendo um modo com maior potencial de influência de grandes massas que outro. De um lado, as minorias anômicas, compostas por indivíduos que apesar de não terem estruturado as motivações para seu conflito frente a maioria, discorda por entender que há outros modos de existência silenciados. Do outro, as minorias nômicas, que fazem frente ao comportamento desviante por não se enquadarem nas normas da maioria e por apresentarem tanto a existência do conflito presente quanto as suas propostas e normas para revolucionar as mudanças necessárias para atender suas demandas.

A diferenciação entre uma minoria ativa ou passiva se dá justamente pela ausência ou presença de normas internas e propostas estruturadas de mudanças.

Uma minoria ativa teria grande potencial de influência sobre uma maioria passiva, porém depende do comportamento desta minoria, pois, durante os processos de assimilação e contraste, sejam estes o ponto que o sujeito se separa do outro, a diferenciação que o sujeito faz entre o seu grupo e o outro grupo, a identificação com o sujeito minoritário, pode acontecer tanto a mudança de atitude do grupo quanto a radicalização de suas normas. Logo, para a influência acontecer, depende de como a mensagem é manejada pelo comunicador (Moscovici, 2011).

Apesar de necessário para a influência social que a minoria seja ativa, ou seja, normativa, há diferenças entre o modo de influência obtido a partir do comportamento da minoria. Minorias ortodoxas, aquelas a favor da norma do grupo, são mais influentes quando seu posicionamento é consistente. Por exemplo, em um grupo pró-feminismo, uma minoria numérica com posicionamentos extremistas pró-feminista tem forte influência sobre o grupo em situações de defesa firme de sua posição.

Minorias heterodoxas fazem aumentar o contraste entre o comunicador e o grupo normativo. Ou seja, num mesmo grupo pró-feminista, um sujeito de fortes opiniões antifeministas provoca nos indivíduos com tendências pró-feministas dificuldade em dialogar e chegar num consenso sobre o posicionamento da minoria. O indivíduo sendo parte ativa de uma minoria, independente do seu grau de proximidade da norma, do grupo majoritário, tem potencial para estimular posicionamento mais rígido do grupo a favor de sua norma, ou para criar polarização entre os grupos. Ou seja, o tipo de comportamento da minoria ativa influencia o modo como o grupo pode reagir à informação recebida tal como seu comportamento de acolher ou rejeitar posicionamentos contrários aos seus (Moscovici, 2011: 99).

Porém, quando essa influência para a mudança ocorre, há em consequência o desacordo e o conflito do sujeito ao encontrar uma fala que contrasta com o seu modo de entender o mundo e as relações sociais. Moscovici, ao apontar estudos que evidenciam o conflito como fundamental para a mudança (apud Brodbeck, 1956; Moscovici e Neve, 1971; Steiner, 1966; Gordon, 1966), explica que a insegurança sobre suas ideias geradas pelo choque do conflito pode ser resolvida ou com a mudança em relação ao divergente ou com a ausência, por morte, retirada voluntária ou silenciamento do divergente.

Logo, aquele que ao se deparar com opiniões diferentes das suas e carece de uma forte conexão e certeza sobre suas ideias, ao se sentir inseguro e ameaçado, pode recorrer a mudança de comportamento e aceitação do novo ou ao controle, silenciamento e eliminação de quem representa uma minoria ativa.

Está posto no texto de Moscovici (2011) que a mudança é um dos resultados da influência. Ao analisar como ocorre este processo cognitivo-social, que caminha pela diferença - e percepção da existência da mesma -, resultando num conflito em sua enunciação por um indivíduo minoritário, aquele que se vê em destaque diante dos demais, por apresentar opiniões, pensamentos e necessidades diferentes.

Este conflito, então, ao dar luz a proposições e afirmações diferentes do modo de pensar das maiorias anômicas, aquelas que não tem idealizações enraizadas e consolidadas para argumentar o seu pertencimento na defesa da estrutura de pensamento da maioria, abala a certeza sobre seu posicionamento. O que antes já não era bem estruturado, torna-se incerto e dá lugar a dúvida e enfraquece a validade de seu posicionamento. Apesar de cada grupo e indivíduo reagir de forma única ao encontro com o diferente, segundo Moscovici, o confronto pode levar ao bloqueio de comunicação, isolamento além ansiedade e baixa autoestima (p.117).

O indivíduo que sente tamanho desconforto diante do confronto se posiciona, geralmente, de modo favorável a eliminar ou reduzir as minorias. Logo, tanto o desconforto diante do conflito quanto a descoberta de que suas convicções possuem fragilidades provoca a abertura para novos discursos. Uma vez que o sujeito, ao questionar-se sobre suas certezas, está considerando a validade das ideias do outro grupo. Esta abertura é sintoma da mudança ocorrida pela influência.

Moscovici (2011) detalha como a influência acontece e seus diferentes modos. Começando pela conformidade, ocorrida quando o sujeito se comporta de forma a atender as normas de seu grupo, mesclando seus valores pessoais aos valores compartilhados pelo grupo. Sendo este a maioria, o grupo define então conceitos como certo e errado e no que seus membros devem concordar e discordar. Também as opiniões e atitudes acerca dos desviantes, excluindo a possibilidade de abertura para diferentes regras e normas. Assim, quanto mais conformidade entre sujeito e grupo, menor parece a ameaça de quebra da estrutura de normas e sentidos sociais as quais o grupo submete seus indivíduos.

Por outro lado, a conformidade e seu modo de fazer o grupo majoritário funcionar com controle e inflexibilidade, faz com que a minoria se sinta deslocada, incompreendida e desamparada pelo grupo. Ora escolhe não pertencer por não se identificar nos padrões normativos e cognitivos idealizados pelo grupo, ora é destacada e marginalizada pelo grupo. Esse deslocamento provoca na minoria incerteza e abalo de suas convicções, uma vez que se encontra na falta de apoio e compreensão social. Ou seja, além do isolamento por não pertencer parcial ou inteiramente ao grupo, os desviantes sofrem com a marginalização e insegurança em relação às suas convicções.

O deslocamento da minoria em relação ao grupo social, apesar de na realidade, segundo Moscovici (2011, p. 179), não ser tão rígida pode provocar a submissão da minoria, que se dá quando esta adapta-se às normas do grupo para se integrar, sofrendo menos as consequências sociais e cognitivas de ser um sujeito desviante. Esse movimento em direção à integração ao grupo é devido a influência da conformidade. Para os grupos minoritários, a conformidade exerce a influência de pressionar os indivíduos antes distantes ou distanciados em direção à integração, na medida do cabível, ao grupo social.

Assim como a minoria cede a pressão da conformidade, a maioria sente esta influência a partir da percepção de que um subgrupo está diferenciado e deslocado ameaça a validade das leis do grupo e sua garantia de uniformidade, pois não é ilógico acreditar que uma configuração social-legal-cultural é verdadeira e bem intencionada enquanto percebe-se que esta não contempla a todos.

Essa percepção provoca na maioria um comportamento defensivo no qual é menor a flexibilidade em relação a mudanças e a novos discursos. Essa inflexibilidade e rigidez provoca na minoria, ameaçada pela marginalização em que é colocada, a faz reconfigurar seu posicionamento diante do distanciamento em relação à maioria, diminuindo o conflito ao submeter-se ao grupo ou adotando uma performance conflitante diante da inflexibilidade a qual lhe é oferecida.

Pronta a configuração do conflito. Entre a maioria que, diante da dificuldade de lidar com sua própria incerteza como estrutura de um grupo, provocada pela presença do outro, o entende como diferente, a ameaça ao modelo que lhe favorece e lhe torna pertencente, lhe torna alguém correto e digno. A presença da ameaça coloca o sujeito

pertencente a maioria em uma posição defensiva. Ainda que o sujeito seja aquele desprovido de conhecimento das escrituras que compõem a lei, moral, e cultura de seu grupo, esta posição de defesa leva o sujeito à busca da uniformidade (2011, p. 182). Ou seja, ignorar a existência e demandas dos subgrupos ou, em casos extremos, tentar diminuir ou excluir sua presença, na intenção de evitar um desacordo ou abalo no sistema de crenças e normas que constituem os grandes grupos sociais.

Em síntese, de acordo com a Teoria das Minorias Ativas, a influência social necessária para que alguma mudança aconteça seja por espaço, representatividade, direito à vida e coexistência com os grupos majoritários, requer a percepção do desequilíbrio entre como está o ambiente social no qual o sujeito é inserido e como este, por escolha ou necessidade do sujeito, deveria ser. Este reconhecimento, ao gerar o conflito da descoberta e do posicionamento de quem não está adequado ou adequando-se ao ambiente. O posicionamento do conflito, da diferença entre si e o outro é o que favorece a ocorrência da influência social, pois a mudança ocorre na direção de quem causa desestabilidade na estrutura social.

MÉTODO

Esta pesquisa possui desenho de levantamento de dados exploratório e descritivo. Seu caráter exploratório se dá pelo objetivo de analisar cientificamente um tema a partir de dados retirados do senso comum. Sendo também de caráter descritivo pois busca dialogar com o tema do antirracismo a partir da teoria das representações sociais. O desenho se concretiza a partir da seguinte composição de análise de dados: três estudos sobre as representações sociais do racismo, do Movimento Negro e de Práticas Antirracistas. Ambos os estudos seguiram o mesmo formato de coleta de dados: em um formulário online, os participantes responderam a uma Tarefa de Associação Livre de Palavras e a uma entrevista com respostas abertas.

Participantes

Participaram da pesquisa 200 sujeitos de amostragem por conveniência. Sendo critério de inclusão ter a partir de 18 anos de idade e de exclusão ter menos de 18 anos de idade. Caracterizados a partir da primeira parte do formulário, no qual responderam as seguintes informações: idade, identidade de gênero, identidade étnica, escolaridade, se estudou com predominância na rede pública ou privada. Estas categorias são fundamentais para um estudo de RS, uma vez que as mesmas se desenvolvem socialmente.

Procedimento de coleta

O formulário que continha a entrevista foi divulgado online, através de redes sociais como Facebook pessoal da pesquisadora, Instagram, Twitter e email. Para cada rede social, a pesquisadora elaborou diferentes chamadas para o link do formulário. No facebook, o link foi compartilhado em grupos que continham outros pesquisadores de pós-graduação. No Instagram e whatsapp, o link foi compartilhado nas contas pessoais da pesquisadora e compartilhado por amigos e terceiros. Emails para contatos acadêmicos e pessoais foram enviados contendo o link do formulário. A divulgação durou 8 dias e o alcance foi de 200 respostas.

Instrumento de coleta

Devido a limitações do contexto pandêmico, escolhemos realizar a pesquisa de campo virtualmente. O instrumento usado para coletar os dados da pesquisa foi um formulário do Google. No documento, os participantes eram apresentados à pesquisa, à Instituição no qual a pesquisadora estava submetida, ao Termo de Consentimento e, devidamente, às perguntas.

Os participantes iniciavam respondendo os Questionários Demográficos, informando idade, identidade de gênero, identidade étnica, escolaridade e natureza pública ou privada das instituições que estudou. Na três próximas seções, os participantes responderam a Tarefa de Evocação Livre de Palavras, na qual precisavam dizer de três a cinco palavras imediatas ao ler os seguintes termos indutores: “RACISMO”, ‘MOVIMENTO NEGRO” e “PRÁTICAS ANTIRRACISTAS”.

A última seção do formulário apresentava sete perguntas sobre o tema, sendo duas fechadas, na qual uma perguntava se o indivíduo já ouviu falar em práticas antirracistas, com SIM ou NÃO como alternativas possíveis, e outra perguntando quais meios de comunicação o sujeito costuma usar para se informar sobre o tema da entrevista, sendo múltipla escolha, com as seguintes opções: redes sociais, sites de notícias, jornal impresso, telejornal, whatsapp, rádio e educação formal.

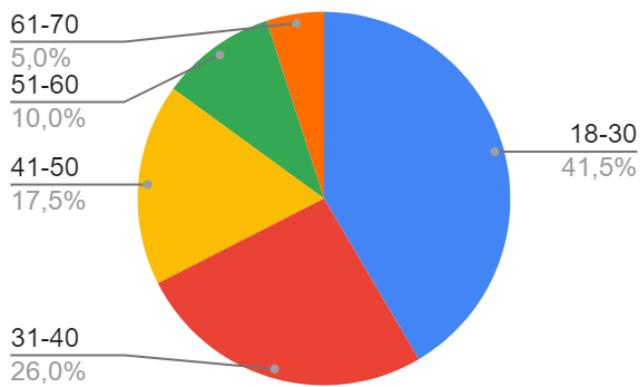
As cinco perguntas abertas foram as seguintes:

1. Cite exemplos do que você considera práticas antirracistas
2. Cite um exemplo de situação vista ou conhecida (por tv, internet ou outros meios) na qual você entendeu por discriminação racial
3. Cite um exemplo de situação vista ou conhecida (por tv, internet ou outros meios) na qual você entendeu por antirracismo.
4. Como você acredita que as pessoas do seu contexto familiar, profissional e pessoal pensam sobre o racismo?
5. Como você acredita que as pessoas do seu contexto familiar, profissional e pessoal pensam sobre o antirracismo?

Resultados

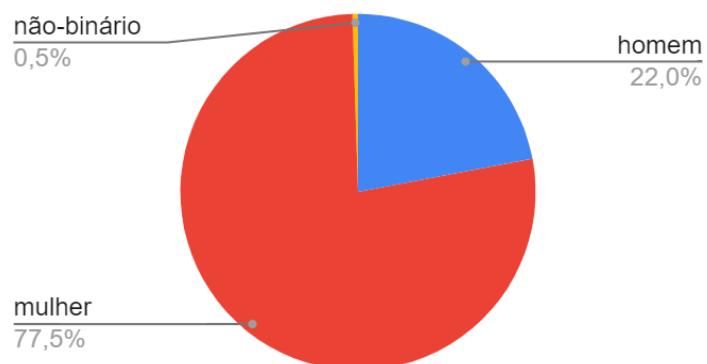
Após o procedimento de coleta de dados, obtivemos 200 respostas. Através de perguntas fechadas, obtivemos informações sobre a idade, identidade de gênero, identidade étnica, escolaridade e os meios de informação mais utilizados pelos participantes.

Idade dos participantes



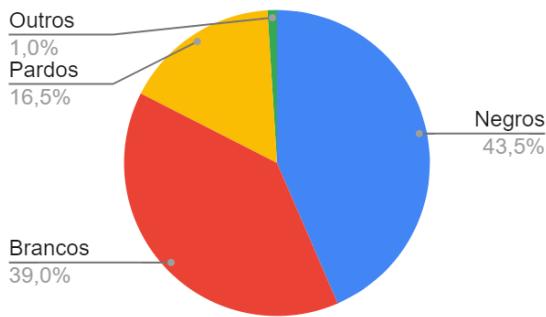
A maior parte dos participantes tem de 18-30 anos, seguido de 31-40. A menor parte tem de 61-70 anos.

Identidade de gênero



A maioria dos participantes da pesquisa (77,5%) se identificou como mulher.

Identidade étnica

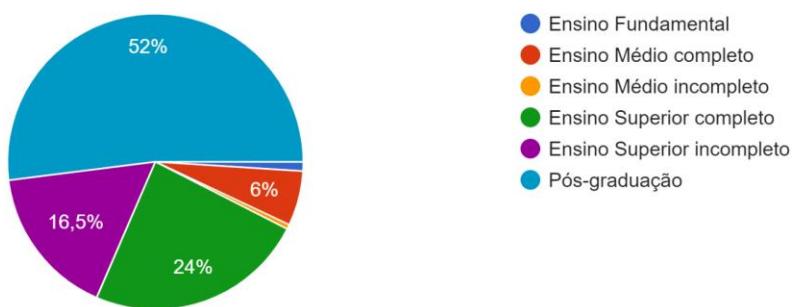


Pessoas autodeclaradas negras foram maioria dos respondentes (43%), seguido de pessoas autodeclaradas brancas (39%) e pardas (16%).

Escolaridade

Escolaridade:

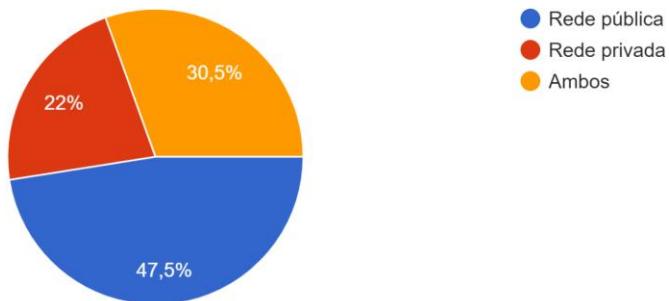
200 respostas



O percentual de participantes que possuem pós-graduação foi de 52%, seguido de participantes que possuem ens. superior completo (24%), ens. superior incompleto (16,5%) e ensino médio e fundamental completo.

Quanto à natureza do ensino

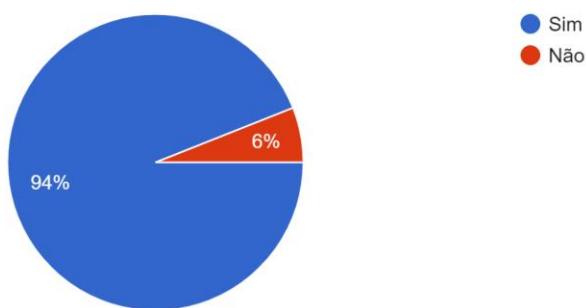
Sua escolaridade foi predominantemente cursada na rede pública ou privada de ensino?
200 respostas



A maioria dos participantes (47%) estudou predominantemente em rede pública, 30% em ambos e 22% somente em rede privada.

Quantos já ouviram falar no termo “práticas antirracistas”

4. Você já ouviu falar no termo "Práticas Antirracistas"?
200 respostas

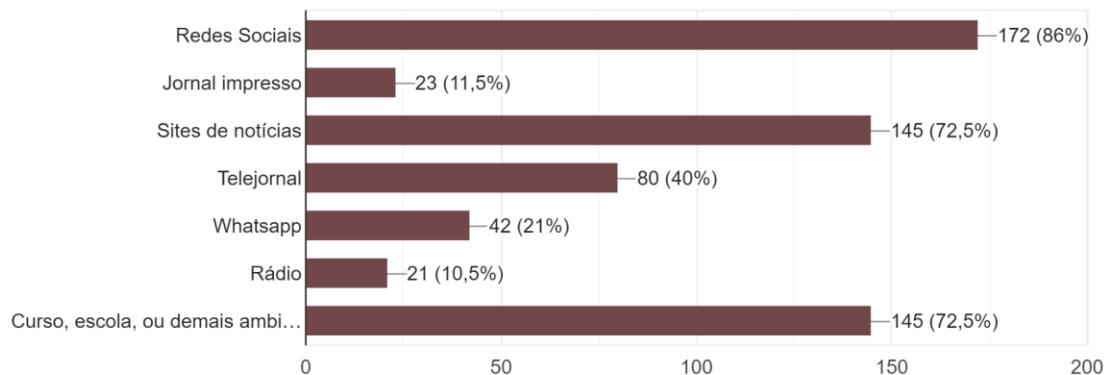


94% dos participantes já ouviu falar no termo práticas antirracistas.

Quanto às fontes de informação dos participantes a respeito dos assuntos abordados na pesquisa

10. Quais meios de conhecimento você costuma utilizar para obter informações sobre os assuntos abordados nessa entrevista?

200 respostas



Percebe-se que a maior fonte de informação dos participantes são as redes sociais, opção escolhida por 86% das pessoas. Mais de uma opção pode ser escolhida, então vemos que além das redes sociais, o ensino formal também é uma grande fonte de informação (72,5%), junto a sites de notícias (72,5%). Seguidos de telejornal (40%), whatsapp, rádio e jornal impresso.

Instrumentos de Análise

Os dados colhidos pelo formulário foram submetidos a análise via software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), desenvolvido por Pierre Ratinaud, e licenciado por GNU GPL (v2), para análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas de palavras (Camargo & Justo, 2013). O IRAMUTEQ nos deu, graficamente e em tabela, a árvore de Análise de Similitude e a tabela de quadros da Análise Prototípica. Ambas análises puderam nos dar as informações necessárias para visualizar elementos que podem compor núcleo e periferia de representações sociais dos termos indutores que propomos aos voluntários (Camargo & Justo, 2016). As perguntas abertas foram analisadas através do sistema de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

A análise dos dados pode ser dividida em três partes. Em sua primeira parte, analisamos as evocações do termo “RACISMO”, seguido das análises das evocações dos termos “MOVIMENTO NEGRO PRÁTICAS” e “ANTIRRACISTAS”. A análise seguiu o recorte amostral de adultos maiores de 18 anos. Sendo que o grupo de 18-30 anos representou a maior parcela de 49% dos participantes.

Iniciando pela análise prototípica, técnica que sugere os elementos representacionais de um termo a partir da organização de ordem e frequência de evocação retiradas de uma tarefa de evocação de livre. Dado o comando de análise prototípica ao IRAMUTEQ, este nos apresenta a organização dos dados em quadrantes. Cada quadrante indica uma região representacional do termo induzido. Os requisitos para as palavras pertencerem a cada quadrante são estabelecidos por ordem de evocação, ou seja, em qual posição uma palavra é evocada, criando assim uma hierarquia de palavras, e por frequência, que seria o quanto esta palavra é evocada.

Um número médio tanto para evocação quanto para frequência separa quais palavras pertencerão a cada quadrante. Hierarquicamente, as palavras de maior frequência (número de evocações) e baixa ordem de evocação (citadas antes de outras palavras) são categorizadas e enquadradas junto ao grupo de palavras com semelhante especificidade (maior ou menor ao número médio) a cada zona representacional. Sendo assim, o primeiro quadrante composto das palavras de maior frequência e baixa evocação, prováveis ao núcleo central da representação social do termo, o segundo quadrante representaria o núcleo periférico formado por palavras de maior frequência (muito evocadas), porém, baixa ordem de evocação (não prontamente), o terceiro quadrante representa a zona de contraste, a zona de palavras com pouca frequência, porém baixa ordem de evocação, e o quarto a segunda periferia, composto por palavras de baixa frequência e alta ordem de evocação (Wachelke e Wolter, 2011).

Análise Prototípica

A Análise Prototípica é uma técnica de análise quantitativa utilizada na Teoria das Representações Sociais (TRS), que busca identificar os elementos centrais e periféricos presentes nas representações sociais de um determinado fenômeno. Segundo Jodelet (2001), o protótipo é o elemento mais representativo de uma categoria, aquele que possui as características mais consensuais e é mais facilmente reconhecido pelos indivíduos. Os elementos periféricos, por sua vez, são aqueles que apresentam menor consenso e menor frequência em relação aos elementos centrais, podendo ser mais variáveis e contraditórios. A Análise Prototípica é uma técnica importante na TRS porque permite identificar as representações mais consensuais e amplamente compartilhadas pelos membros de um grupo social, possibilitando

compreender as dinâmicas de construção de sentido e de identidade coletiva em torno de determinados fenômenos (Moscovici, 2015).

Análise prototípica da questão de evocação do termo indutor ‘RACISMO’

<= 2.19 Rangs > 2.19

Elementos centrais ($f \geq 12,89$)	Primeira periferia ($f \geq 12,89$)
preconceito-65-1.8 discriminação-36-2.1 violência-22-1.7 crime-21-2.1 tristeza-14-2.1 nojo-13-2 negro-13-1.9	injustiça-29-2.4 desigualdade-26-2.4 dor-22-2.2 ignorância-15-2.7 raiva-13-2.2
Elementos contrastantes ($f < 12,89$)	Segunda periferia ($f < 12,89$)
intolerância-12-1.8 desrespeito-12-1.8 estrutural-11-1.6 sofrimento-9-1.8 branco-9-1.7 cor-7-2.1 preto-7-1.3 absurdo-5-1.8 inaceitável-4-1.5	morte-11-3 ódio-9-2.6 exclusão-9-2.7 escravidão-9-2.9 medo-8-2.9 revolta-7-2.9 luta-7-3.1 raça-6-2.8 desumanidade-6-2.7 pobreza-5-3 sociedade-5-3 indiferença-5-3.2 humilhação-4-2.5 vergonha-4-2.2 maldade-4-2.8

A análise prototípica é uma técnica amplamente utilizada para compreender as representações sociais em torno de um determinado conceito. A partir da evocação de um termo indutor é possível identificar elementos centrais que compõem essa representação social. A partir do termo indutor “racismo”, temos elementos divididos em quatro quadrantes, hierarquizados por frequência (mais ou menos evocados) e ordem média de evocação (o quanto prontamente foram evocados). Assim,

visualizamos graficamente quais os prováveis elementos pertencentes ao núcleo e periferia da representação social de um conceito.

Na análise protótipica dos elementos do termo indutor racismo, temos como elementos centrais **preconceito** (f 65 OME 1.8), **discriminação** (f 36 OME 2.1), **violência** (f 22 OME 1.7), **crime** (f 21 OME 2.1), **tristeza** (f 14 OME 2.1), **nojo** (f 13 OME 2) e **negro** (f 13 OME 1.9). Preconceito foi o elemento mais evocado e teve uma OME (ordem média de evocação) mais baixa, indicando que é um termo de maior importância na representação social do racismo. Esse resultado está em consonância com a ideia de que o preconceito é uma das principais formas de manifestação do racismo, sendo a base para a discriminação e a exclusão social (SILVA, 2003). Discriminação também apareceu como um elemento central da representação social do racismo, com uma OME um pouco mais alta. A discriminação está relacionada a práticas que limitam o acesso de pessoas negras a determinados espaços sociais, econômicos e culturais (RODRIGUES, 2006).

Violência e crime também foram evocados como elementos centrais da representação social do racismo, o que reflete a ideia de que o racismo pode levar a formas extremas de violência e criminalidade, como os crimes de ódio (DAMASCENO, 2015). Tristeza e nojo também apareceram como elementos centrais, indicando que a representação social do racismo está associada a sentimentos de repulsa e sofrimento. Esses resultados corroboram a ideia de que o racismo tem um impacto negativo na saúde mental de pessoas negras, levando a sintomas como depressão e ansiedade (GOMES, 2017).

Por fim, o termo "negro" também foi evocado com frequência, mas teve uma OME um pouco mais baixa. Isso pode refletir a ideia de que a categoria racial negra está presente na representação social do racismo, mas não necessariamente é o elemento central, como indicado pelos outros termos evocados (ARAÚJO, 2018).

Os elementos presentes na primeira periferia são **injustiça** (f 29 OME 2.4), **desigualdade** (f 26 OME 2.4), **dor** (f 22 OME 2.2), **ignorância** (f 15 OME 2.7) e **raiva** (f 13 OME 2.2). A primeira periferia pode justificar os termos centrais da análise. Termos como injustiça e desigualdade podem estar em diálogo com os elementos centrais preconceito, discriminação violência e crime, uma vez que estes termos podem ser entendidos como sintomáticos a uma sociedade racista que nega direitos e opõe pessoas pretas (Moscovici, 2003; Jovchelovitch, 2007; Sá, 2011).

Dor e raiva remetem ao sofrimento causado pelo racismo e como ele afeta a autoestima, a saúde mental e aos demais processos psicossociais na saúde e no bem-estar das pessoas negras (Silva, 2002; Cavalcante & Leal, 2015). A ignorância é um elemento que aparece nas representações sociais sobre o racismo podendo remeter tanto como falta de conhecimento e compreensão sobre a história e a cultura afro-brasileira, sendo um fator que contribui para a manutenção das desigualdades raciais na sociedade (Hasenbalg & Silva, 1988; Guimarães, 2002), tanto associado a hostilidade que é atribuída a essa palavra.

Por fim, raiva é um elemento que expressa a indignação e a revolta diante do racismo e das injustiças que ele provoca. Esse elemento também pode estar relacionado a formas de resistência e de luta contra o racismo, como as manifestações e os movimentos sociais liderados por pessoas negras (Soares, 2014; Carneiro, 2018).

Na análise prototípica do termo indutor "racismo", foram identificados alguns elementos contrastantes, estes são elementos de baixa frequência, porém alta ordem de evocação. Podem acusar novas representações ou a presença de subgrupos (Moliner & Abric, 2016). No caso do termo indutor racismo, os elementos contrastantes foram **intolerância** (f 12 OME 1.8), **desrespeito** (f 12 OME 1.8), **estrutural** (f 11 OME 1.6), **sofrimento** (f 9 OME 1.8), **branco** (f 9 OME 1.7), **cor** (f 7 OME 2.1), **preto** (f 7 OME 1.3), **absurdo** (f 5 OME 1.8) e **inaceitável** (f 4 OME 1.5).

A segunda periferia da análise prototípica do termo indutor racismo inclui elementos como **morte** (f 11 OME 3), **ódio** (f 9 OME 2.6), **exclusão** (f 9 OME 2.7), **escravidão** (f 9 OME 2.9), **medo** (f 8 OME 2.9), **revolta** (f 7 OME 2.9), **luta** (f 7 OME 3.1), **raça** (f 6 OME 2.8), **desumanidade** (f 6 OME 2.7), **pobreza** (f 5 OME 3), **sociedade** (f 5 OME 3), **indiferença** (f 5 OME 3.2), **humilhação** (f 4 OME 2.5), **vergonha** (f 4 OME 2.2) e **maldade** (f 4 OME 2.8). A presença do tema da morte e do medo pode indicar uma percepção de ameaça e violência associada ao racismo, enquanto a presença do termo escravidão (frequentemente pouco evocado em tarefas de evocação sobre racismo) pode indicar uma percepção da história do Brasil e como ela influencia a questão do racismo atualmente. O tema da luta também é frequente nesta periferia, indicando a presença de movimentos sociais e de resistência contra o racismo. A vergonha e a humilhação também são aspectos importantes da segunda periferia, indicando o impacto emocional e psicológico do racismo naqueles que o sofrem. (Guimarães, 1999; Rattner, 2002)

Os elementos presentes na representação gráfica desta análise prototípica indicam o entendimento social de que o racismo recebe a representação social de um fenômeno criminoso violento, que se manifesta através da discriminação e do preconceito. A primeira periferia traz a noção subjetiva das informações compartilhadas do racismo, como a dor e uma consequência social como a desigualdade. A zona de contraste indica novos elementos ou elementos trazidos por subgrupos. E os elementos periféricos sustentam os elementos da zona central, como medo, raiva, morte e exclusão.

Análise prototípica da questão de evocação do termo indutor "**MOVIMENTO NEGRO**"

<= 2.09 Rangs >2.09

Elementos centrais (f >= 13.16)	Primeira periferia (f >= 13.16)
luta-84-1.7 necessário-41-1.8 resistência-36-1.7 força-35-2	direito-24-2.2 igualdade-21-2.6 união-16-2.8
Elementos contrastantes (f < 13.16)	Segunda periferia (f < 13.16)
importante-9-2 empoderamento-6-1.7 movimento-6-1.7 respeito-5-2 aquilombamento-5-2 legítimo-5-1.2	militância-13-2.1 justiça-12-2.1 representatividade-9-2.6 liberdade-7-2.4 política-7-2.9 coragem-7-2.6 revolução-7-2.7 equidade-6-2.8 inclusão-5-2.2

	educação-5-3 reparação-5-2.3 esperança-5-2.2 poder-5-3.4 reconhecimento-5-2.2 urgente-5-2.8 conquistas-4-3 identidade-4-2.5 ação-4-2.5
--	--

Observa-se os elementos que compõem o primeiro quadrante, ou seja, os prováveis elementos central da RS de Movimento Negro (Wachelke e Wolter, 2016) são **luta** (f 84 OME 1.7), **necessário** (f 41 OME 1.8), **resistência** (f 36 OME 1.7) e **força** (f 35 OME 2). Foram estas palavras as mais e prontamente lembradas pelo grupo total de participantes.

O segundo quadrante, no qual se encontram as palavras que, de acordo com a perspectiva teórica adotada, compõem a primeira periferia da RS do termo Movimento Negro, é formado pelas palavras **direito** (f 24 OME 2.2), **igualdade** (f 21

OME 2.6) e **união** (f 16 OME 2.8). Este quadrante seria formado pelas palavras que foram bastante lembradas, porém não imediatamente pelos participantes.

O terceiro quadrante da análise das evocações dos participantes, formado pelos elementos contrastantes, ou seja, pelas palavras que foram frequentemente evocadas, porém não prontamente é formado pelas palavras **importante** (f 9 OME 2), **empoderamento** (f 6 OME 1.7), **movimento** (f 6 OME 1.2) **respeito** (f 5 OME 2), **aquilombamento** (f 5 OME 2), **legitimo** (f 5 OME 1.2).

Por fim, o quarto quadrante da análise prototípica do grupo. Este quadrante representa, teoricamente, os elementos que compõem a segunda periferia da estrutura de representação social do termo Movimento Negro. Estas palavras foram evocadas com menor frequência (poucas vezes) e maior ordem média de evocação (não foram prontamente evocadas). Estas seriam: **militância** (f 13 OME 2.1), **justiça** (f 12 OME 2.1), **representatividade** (f 9 OME 2.6), **liberdade** (f 7 OME 2.4), **política** (f 7 OME 2.9), **coragem** (f 7 OME 2.6), **revolução** (f 7 OME 2.7), **equidade** (f 6 OME 2.8), **inclusão** (f 5 OME 2.2), **educação** (f 5 OME 3), **reparação** (f 5 OME 2.3), **esperança** (f 5 OME 2.2), **poder** (f 5 OME 3.4), **reconhecimento** (f 5 OME 2.2), **urgente** (f 5 OME 2.8), **conquistas** (f 4 OME 3), **identidade** (f 4 OME 2.5) e **ação** (f 4 OME 2.5).

Teoricamente (Wachelke e Wolter, 2016), estes quadrantes de palavras representam o que pessoas da população geral compartilham sobre o termo “Movimento Negro”. A partir das palavras presentes no primeiro quadrante, onde se encontra os possíveis elementos formadores do núcleo central, podemos perceber que, para a população geral adulta, o movimento negro representa a luta da população negra brasileira em seus diversos significantes, como resistência e força por direitos, igualdade, equidade, união. O elemento necessário presente na primeira periferia pode indicar que a população entende a potência deste movimento como viabilizador, através de luta e resistência, de direitos, igualdade e união.

Análise prototípica da questão de evocação do termo indutor **“PRÁTICAS ANTIRRACISTAS”**

<= 1.99 Rangs > 1.99

Elementos centrais (f >= 9.97)	Primeira periferia (f >= 9.97)
--------------------------------	--------------------------------

luta-48-1.7 necessário-38-1.7 educação-31-1.8 mudança-27-1.4	igualdade-16-2.4 respeito-15-2.5 justiça-12-2.6
Elementos contrastantes (f < 9.97)	Segunda periferia (f < 9.97)
dever-8-1.5 empatia-6-1.7 importante-6-1.8 escola-5-1.8 posicionamento-4-1.5 combate-4-1.7 ação-4-1.3 esperança-4-1.8	amor-7-2 inclusão-7-2.5 reparação-7-3 consciência-6-2.3 informação-5-2 ações-5-2.4 movimento-5-3 força-5-3 equidade-5-2.2 resistência-5-2.8 sociedade-4-2.2 cultura-4-3 conhecimento-4-2 apoio-4-2.2 atitude-4-2.8 conscientização-4-2

Os elementos centrais encontrados na análise prototípica a partir do termo indutor “práticas antirracistas” foram **luta** (f 48 OME 1.7), **necessário** (f 38 OME 1.7), **educação** (f 31 OME 1.8), **mudança** (f 27 OME 1.4). Na primeira periferia, encontramos os elementos **igualdade** (f 16 OME 2.4), **respeito** (f 15 OME 2.5) e **justiça** (f 12 OME 2.6). Os elementos contrastantes foram **dever** (f 8 OME 1.5), **empatia** (f 6 OME 1.7), **importante** (f 6 OME 1.8), **escola** (f 5 OME 1.8), **posicionamento** (f 4 OME 1.5), **combate** (f 4 OME 1.7), **ação** (f 4 OME 1.3) e

esperança (f 4 OME 1.8). Por fim, na segunda periferia encontramos os elementos **amor** (f 7 OME 2), **inclusão** (f 7 OME 2.5), **reparação** (f 7 OME 3), **consciência** (f 6 OME 2.3), **informação** (f 5 OME 2), ações (f 5 OME 2.4), **movimento** (f 5 OME 3), **força** (f 5 OME 3), **equidade** (f 5 OME 2.2), **resistência** (f 5 OME 2.8), **sociedade** (f 4 OME 2.2), **cultura** (f 4 OME 3), **conhecimento** (f 4 OME 2), apoio (f 4 OME 2.2), **atitude** (f 4 OME 2.8) e **conscientização** (f 4 OME 2).

A partir da análise prototípica dos elementos associados ao termo indutor "práticas antirracistas", é possível perceber a presença de elementos que apontam para a necessidade de mudança e luta na promoção da igualdade e justiça. Esses elementos se alinham à perspectiva de autores como Jodelet (2001) e Moscovici (2015) sobre a importância da mobilização social para a transformação de representações sociais.

Na primeira periferia, elementos como igualdade, respeito e justiça apontam para a necessidade de um posicionamento ativo contra o racismo e a promoção da equidade. Sá (2000) e Guimarães (2004) destacam a importância desses valores para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Já os elementos contrastantes, como dever e empatia, podem estar relacionados à dificuldade de algumas pessoas em se engajarem em práticas antirracistas e à necessidade de um posicionamento ativo contra o racismo.

Na segunda periferia, elementos como inclusão, reparação e equidade apontam para a necessidade de ações concretas para a transformação das estruturas racistas da sociedade. Autores como Ribeiro (2017) e D'Adesky (2020) destacam a importância desses elementos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, elementos como cultura, conhecimento e conscientização apontam para a importância da difusão de informações e conhecimentos sobre o racismo e suas consequências, bem como a necessidade de uma atitude ativa na promoção de práticas antirracistas.

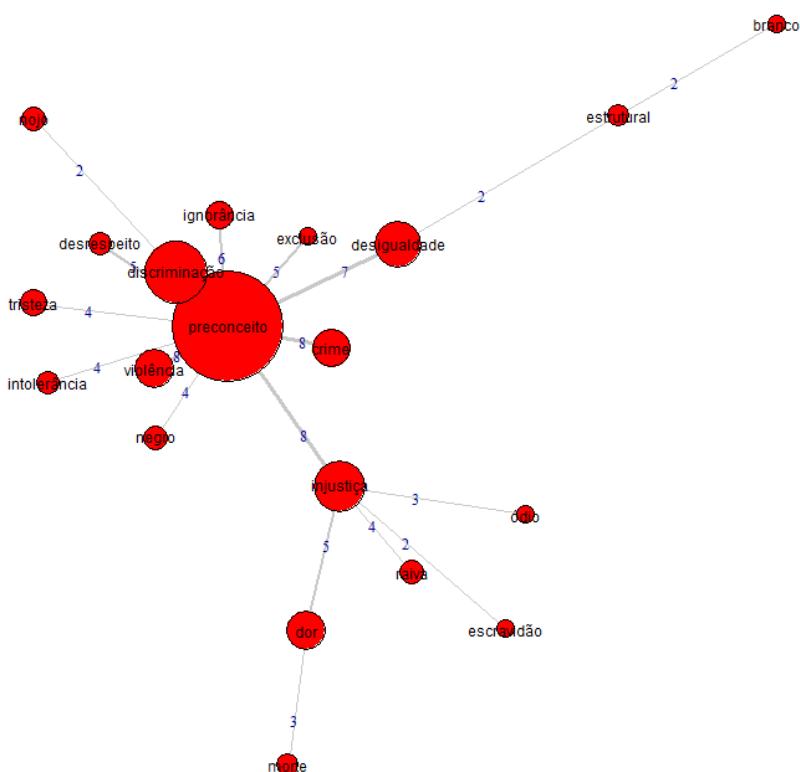
Esses elementos estão alinhados com a perspectiva de autores como Jovchelovitch (2012) e Sawaia (2001) sobre a importância da construção de conhecimentos e saberes coletivos para a transformação social. Logo, é possível inferir que a representação social de práticas antirracistas envolve a ideia de uma luta necessária e consciente, que busca promover a igualdade, respeito e justiça, e que deve ser acompanhada de ações estruturais e de reparação para enfrentar o racismo sistêmico na sociedade. Esses resultados são coerentes com a teoria das

representações sociais, que enfatiza a importância dos processos sociais na construção de significados coletivos e na formação de identidades e práticas sociais (Moscovici, 1976).

Análise de Similitude

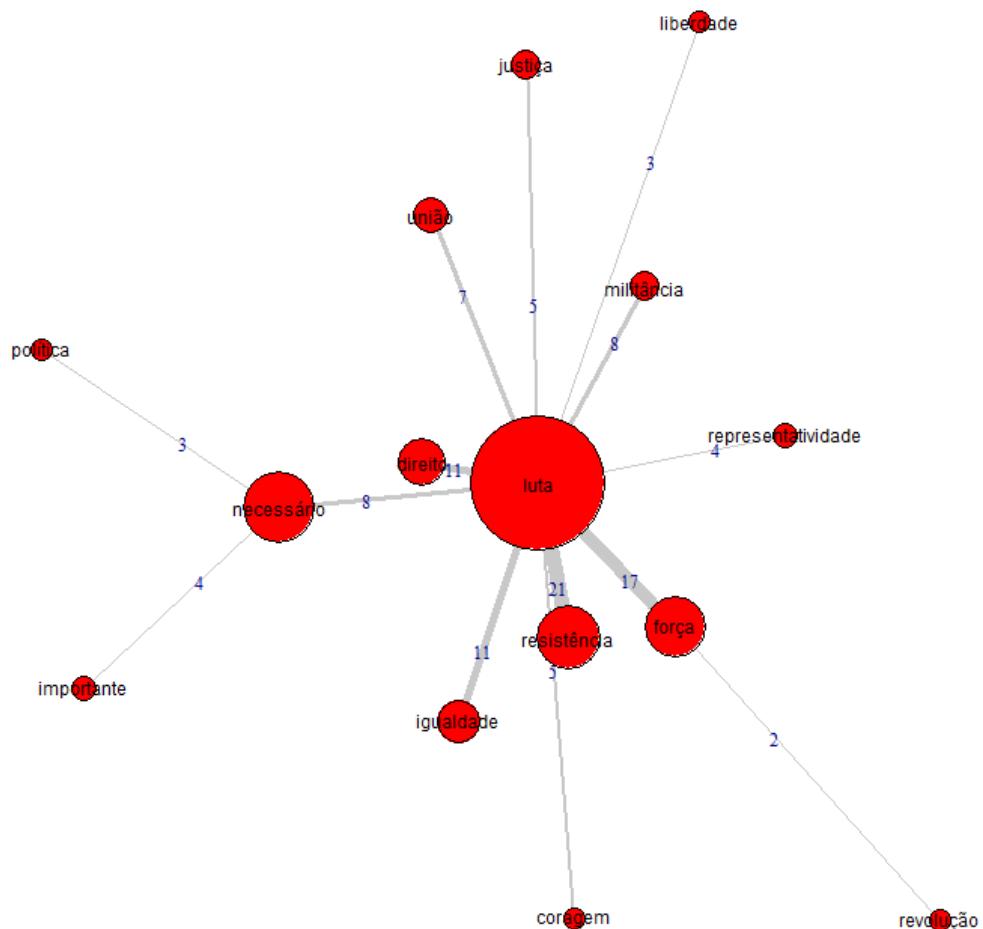
A análise de similitude serve como outro dispositivo para identificar os elementos de uma representação social a partir das evocações de um termo indutor. Porém, para interpretar como os elementos da representação se comportam é necessário observar a estrutura da “árvore” formada pelos elementos da representação social, a ligação entre eles através das arestas indica sua conexão. Quanto mais espessa for a aresta entre elementos, maior o nível de conexão entre elementos do mesmo conjunto. Quanto maior o traço entre um elemento e outro, maior a sua conexão (Chaves, 2020 apud Marchand; Ratinaud, 2012, Flament, 1985, Pereira, 1997)

Análise de Similitude da questão de evocação do termo indutor “**RACISMO**”



A representação gráfica da análise de similitude a partir do termo indutor “RACISMO” apresenta preconceito, discriminação e injustiça como elementos centrais e organizadores. Percebe-se pela quantidade de ligações destes elementos a outros elementos. Uma vez que o elemento pode ser definido como elemento central a partir da quantidade de ligações em comparação aos outros elementos (Chaves, 2020 apud Marchand; Ratinaud, 2012, Flament, 1985, Pereira, 1997). Outros elementos identificados como elementos centrais podem ser desigualdade e crime. Estes elementos aparecem próximos aos elementos centrais, indicando, através da espessura das arestas, forte conexão com os elementos centrais.

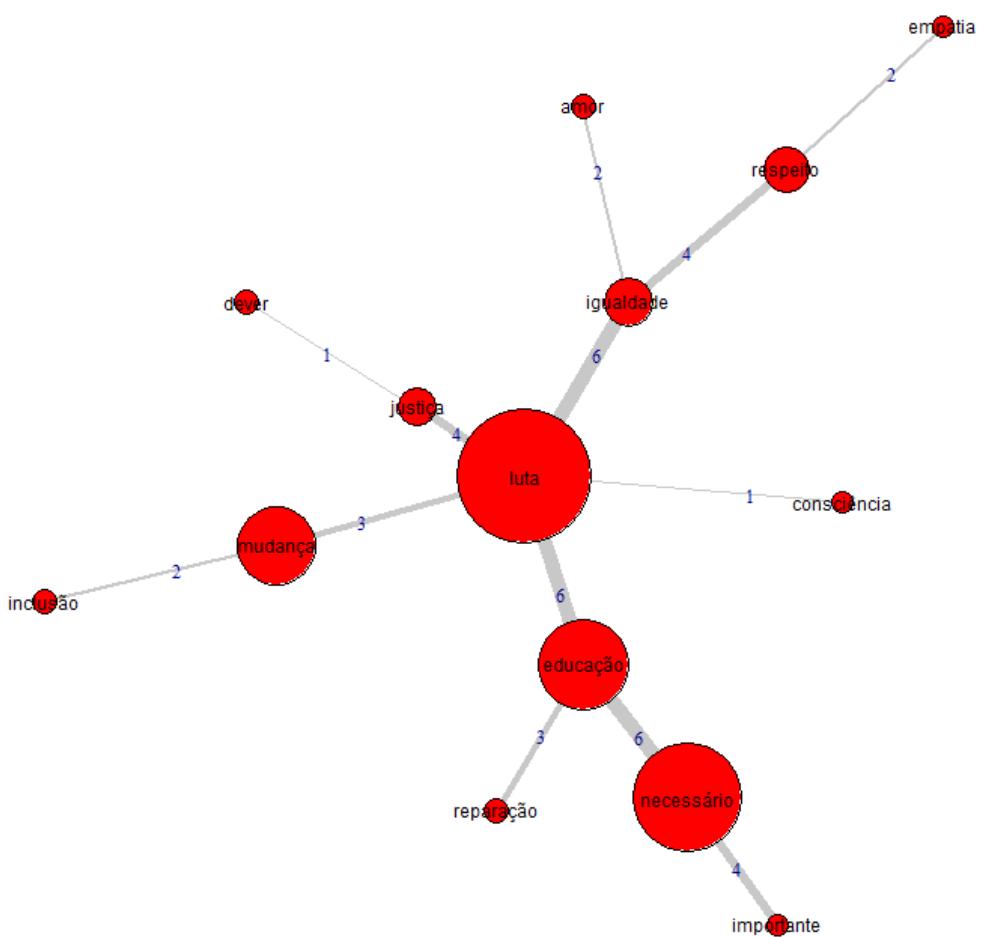
Análise de Similitude da questão de evocação do termo indutor “MOVIMENTO NEGRO”



Na representação gráfica da análise de similitude das evocações do termo indutor “MOVIMENTO NEGRO”, observa-se o termo luta como provável termo central e organizador desta representação social, uma vez que está ligado a muitos termos. Os elementos força, resistência e necessário também aparecem em centralidade, ligado a outros elementos, o que indica serem elementos centrais. A figura gráfica da análise de similitude nos indica que luta é um termo central e importante ao se pensar em movimento negro. A partir da luta, outros elementos ligados a este termo surgem como conquistas e objetivos, como justiça, igualdade e direitos. E outros elementos surgem justificando a luta, como necessário, e resistência. Esses elementos sugerem

a importância da resistência, da força, da luta por igualdade e da necessidade de se alcançar os direitos da comunidade negra.

Análise de Similitude da questão de evocação do termo indutor “PRÁTICAS ANTIRRACISTAS”



Entre os elementos representados na análise de similitude da tarefa de evocação livre do termo indutor “PRÁTICAS ANTIRRACISTAS”, temos como prováveis elementos centrais luta, seguido de igualdade, justiça, mudança e educação. Reparemos, pela espessura da aresta, que o termo luta tem forte conexão com os termos educação e igualdade. Podendo indicar que as práticas antirracistas estão fortemente associadas

à luta por educação antirracista e igualdade, sendo estas resultando em reparação, amor e empatia.

Análise de Conteúdo

A análise da pergunta aberta foi baseada na teoria de Bardin (2011) de análise de conteúdo, que consiste em investigar o discurso presente no instrumento utilizado para compreender as relações entre esse conteúdo e os aspectos externos a ele. Isso permite construir uma análise crítica dos significados das palavras e obter uma interpretação sobre elas. Para isso, o método será dividido em etapas que categorizam os resultados para identificar mensagens semelhantes: a pré-análise, que consiste na leitura do material para interpretação das respostas e construção de hipóteses; a exploração do material, onde os resultados são identificados e categorizados; e o tratamento dos resultados, que inclui a inferência e a interpretação, codificando os resultados obtidos através do material utilizado.

Para analisar os dados coletados e responder aos objetivos desta pesquisa, foi adotada a análise de conteúdo de Bardin (2011) como método de análise. Esse método é considerado adequado para estudar valores, opiniões, atitudes e crenças por meio de dados qualitativos. Após uma leitura inicial, os dados foram codificados de acordo com a repetição de palavras, que foram agrupadas em unidades de registro e categorizadas progressivamente com base nos resultados observados.

Análise de conteúdo da questão 5 - “**Cite exemplos do que você considera Práticas Antirracistas”**

Categoria	Número de Ocorrências	Porcentagem
Conscientização	66	28,45%
Comportamento	56	24,14%
Educação	41	17,67%
Visibilidade	32	13,79%
Denúncia	27	11,64%
N/A	10	4,31%
Total	232	100,00%

As respostas para esta questão foram divididas em categorias escolhidas por critérios de triangulação e repetição de palavras. As categorias escolhidas para

categorizar as respostas foram conscientização, educação, comportamento, visibilidade e denúncia. Do total de 232 categorizações, considerando que algumas respostas se enquadram em mais de uma categoria, 10 foram consideradas como não avaliáveis (N/A).

Categoria 1 - Respostas relacionadas a conscientização

- “*Não fingir que o racismo não existe*”
- “*Entender que o racismo existe de fato, não minimizar o racismo, entender sobre representatividade e diversidade.*”
- “*Refletir sobre termos e ações cotidianas incorporadas em nossa sociedade.*”
- “*Conscientizar as pessoas sobre o conceito de preconceito e racismo estrutural no dia a dia e por vários meios de comunicação.*”
- “*Reconhecer meu lugar de fala, não minimizar a dor do meu colega que já passou por isso, pesquisar de questões raciais por conta própria e parar de encher o saco.*”

Categoria 2 - Respostas relacionadas a educação

- “*Conhecer a história brasileira, os nossos direitos, as leis raciais. Ensino sobre as identidades afro-brasileira e indígenas. Criação de ações afirmativas em diversos setores sociais, políticos e econômicos.*”
- “*Mostrar que o racismo existe no Brasil, educação escolar sobre a cultura negra e a realidade do período da escravidão*”
- “*Utilizar literatura de autoria preta em sala de aula, falar sobre silenciamentos, sobre a história que nos foi negada, etc.*”
- “*Atividades desenvolvidas com crianças sobre ancestralidade*”

Categoria 3 - Respostas relacionadas a comportamento

- “*Parar de usar palavras que representam atitudes racistas*”
- “*Utilizar do privilégio branco para auxiliar na luta por direitos iguais e práticas justas.*”
- “*Não aceitar e não compactuar com pessoas ou ideias discriminatórias*”
- “*Corrigir falas/termos racistas, promover diversidade pela inclusão de múltiplas identidades nas mídias*”

Categoria 4 - Respostas relacionadas a visibilidade

- “*Cotas, representatividade nos lugares de poder, representatividade nas mídias sociais, movimento para maior aceitação dos traços do preto.*”
- “*Escolha de autores negros na escola, programas de representatividade na televisão, mídias decoloniais*”
- “*Incluir mais pessoas pretas nos espaços, dar lugar de fala para essas pessoas, reagir diante de práticas racistas.*”

- “Inclusão de autores pretos/pretas para representar à todos”

Categoria 5 - respostas relacionadas a denúncia

- “Apontar quando algum conhecido comete racismo”
- “Expor falas racistas que antes eram ignoradas por diversas áreas da sociedade”
- “Denúncia contra o racismo e repensar atos considerados preconceituosos”
- “Dar voz e visibilidade ao movimento antirracista, se posicionar diante de casos de racismo, denunciar crimes relacionados ao racismo”

As respostas relacionadas à conscientização foram maioria em números, totalizando 28,5%. Ao serem questionados sobre exemplos de Práticas Antirracistas, os respondentes mostram a importância da conscientização para combater o racismo. É evidente nas respostas que as práticas antirracistas são associadas a reconhecer que o racismo existe; entender seus conceitos e efeitos no cotidiano e nas estruturas sociais. Autores como Kabengele Munanga (2005) e Lélia Gonzalez (1988) defendem a necessidade da conscientização sobre a história do racismo e de como ele se mantém presente na sociedade, a fim de construir uma sociedade antirracista.

A segunda categoria de respostas relacionadas à educação totalizaram 41%, sendo 17,7% das respostas. Nesta categoria, há em comum respostas que destacam a importância da educação para a promoção de práticas antirracistas. Seja por ensino de história e cultura negra, por implementação de leis raciais e incentivo de ações afirmativas em diversos setores. Estas medidas podem ser encontradas na literatura como maneiras de promover o antirracismo, Ana Flávia Magalhães Pinto (2016) e Kabengele Munanga (2005), apontam a necessidade de incluir a história e a cultura afro-brasileira nas escolas e em diversos espaços, para combater a invisibilidade e a marginalização dos negros e negras na sociedade.

As respostas relacionadas ao comportamento, sendo 24% do total, reúnem diferentes atitudes antirracistas. O desuso de palavras, piadas e expressões racistas foi bastante citado nesta categoria, tal como a promoção de inclusão de múltiplas identidades nas mídias. Em Bell Hooks (1994) e Angela Davis (2017) levantam a importância de questionar e mudar nossos comportamentos e valores para construir uma sociedade antirracista.

Na categoria 4, as respostas destacam a importância da visibilidade de pessoas negras e indígenas em diversos espaços, como mídias e cargos de poder. Sueli Carneiro (2018) e Edna Roland (2008) destacam a necessidade de lutar pela

igualdade e visibilidade das pessoas negras e indígenas na sociedade Sendo a inclusão de autores negros nas escolas e a representatividade na televisão e nas mídias sociais um potente meio para promover visibilidade. Na categoria 5, as respostas destacam a importância de denunciar o racismo e repensar atitudes preconceituosas. As falas abordam a importância de apontar quando alguém comete racismo, ao expor falas racistas e denunciar crimes relacionados ao racismo. Diversos autores, como Lélia Gonzalez (1988) e Djamila Ribeiro (2017), defendem que é necessário denunciar o racismo para combater sua perpetuação na sociedade.

Análise de conteúdo da questão 6 - Cite um exemplo de situação vista ou conhecida (por tv, internet ou outros meios) na qual você entendeu por discriminação racial.

Categorias	Número de ocorrências	Percentual
Discriminação interpessoal	86	40.95%
Discriminação Institucional	79	37.62%
Discriminação sistêmica	39	18.57%
Discriminação econômica	4	1.90%
N/A	2	0.95%
total	210	100%

Categoria 1 - discriminação interpessoal

- “Na Tv, quando chamaram um jogador de futebol de macaco”.
- “Quando uma moradora negra no Rio foi questionada e agredida pelo vizinho por utilizar elevador social do próprio prédio”
- “Morador xingando o porteiro de preto fedido.”
- “Filhos dos Bruno Gagliasso foram ofendidos em Portugal.”

Categoria 2 - discriminação institucional

- “Uma vez o segurança da americanas disse q estava de olho em mim só porque eu estava andando pela loja”
- “Crimes de ódio de policiais contra negros”
- “Um político atacando e xingando indígenas que lutavam por seus direitos.”
- “Caso do George Floyd nos EUA”

Categoria 3 - discriminação sistêmica

- “A exclusão de pessoas pretas em cargos de destaque e os casos de violência aos corpos pretos frequentemente noticiados nos meios de comunicação e até mesmo presenciados.”
- “Empregadas negras em novela”
- “Quando um negro é baleado para depois saber quem ele é, quando uma empregada doméstica perde seu filho por falta de cuidado da patroa, quando é dito a uma jovem que faculdade não é para ela. Quando a mulher negra é vista como um objeto sexual.”

Categoria 4 - discriminação econômica

- “Quando em processos seletivos se fala em boa aparência, mas nunca escolhem uma pessoa negra nesses casos. Sempre preteridos.”
- “Simplesmente o fato de existirem mais pessoas brancas empregadas em grandes cargos”

As respostas relacionadas à discriminação interpessoal, que formaram a primeira categoria evidenciam atitudes discriminatórias direcionadas a indivíduos, que são prejudicados ou violentados em decorrência de sua raça. Esta categoria totalizou 41% das respostas para a questão 6, sendo a maior categoria em números. De acordo com Gomes (2005), a discriminação interpessoal é resultado de preconceitos e estereótipos arraigados na cultura brasileira, que reforçam uma hierarquia racial em que a branquitude é valorizada em detrimento de outras raças. O caso do jogador de futebol chamado de macaco e a agressão à moradora negra que utilizou o elevador social do prédio são exemplos de situações em que a cor da pele foi usada para justificar a violência e a discriminação.

A discriminação institucional se manifesta em práticas, normas e políticas que perpetuam desigualdades raciais. Do total de exemplos de discriminação mencionados nas respostas, 38% somam a esta categoria. Os exemplos mencionados, como a discriminação por seguranças em lojas e os crimes de ódio cometidos por policiais, ilustram como as instituições podem se tornar cúmplices na manutenção da estrutura racista. Segundo Souza (2019), a discriminação institucional é um fenômeno que se enraíza nas estruturas de poder, que podem perpetuar a exclusão e a marginalização de grupos sociais.

As respostas relacionadas à discriminação sistêmica somaram 19% do total. Este tipo de discriminação pode ser entendida como aquela que se enraíza nas estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade, gerando desigualdades persistentes. Os exemplos mencionados nesta categoria, como a exclusão de pessoas negras em cargos de destaque e a objetificação da mulher negra, ilustram como a discriminação está presente em várias esferas da vida social. Conforme

Munanga (2019), a discriminação sistêmica é resultado de séculos de opressão, que geraram desigualdades estruturais na sociedade brasileira.

A discriminação econômica se manifesta na distribuição desigual de recursos e oportunidades, prejudicando grupos raciais menos favorecidos. Os exemplos mencionados nesta categoria, que totalizaram 2% das respostas, como a exclusão de pessoas negras em processos seletivos e a desigualdade na ocupação de cargos de destaque, revelam como o racismo pode interferir na vida profissional e econômica das pessoas. Segundo Hasenbalg (1998), a discriminação econômica é um dos principais mecanismos que perpetuam as desigualdades raciais no Brasil, criando barreiras para o acesso a empregos, salários e educação de qualidade.

Nesta análise, podemos observar a força das categorias discriminação interpessoal e institucional sobre exemplos de discriminação racial e como estas discriminações têm potência para atravessar a vida de pessoas pretas em diversos contextos. Esta relação pode ser observada na análise de similitude da tarefa de evocação com termo indutor racismo, uma vez que preconceito e discriminação se apresentaram como termos centrais da representação deste termo, ligados a elementos indicadores das consequências sociais como desigualdade, crime, violência e injustiça (Gomes, 2018).

Análise de conteúdo da questão 7 - Cite um exemplo de situação vista ou conhecida (por tv, internet ou outros meios) na qual você entendeu por antirracismo.

Categoria	Número de ocorrências	Percentual
Resistência	54	27%
Conscientização	51	25.5%
Visibilidade	44	22%
N/A	33	16.5%
Instituições Políticas	18	9%
Total	200	100%

Categoria 1 - respostas relacionadas à resistência

- “Manifestações em vias públicas como ato de protestar contra atos e violências decorrentes do racismo.”
- “O movimento ‘vidas negras importam’.”
- “Estou respondendo esse questionário no dia que todas as mídias falaram sobre uma artista branca que brigou e defendeu sua filha preta de um ataque racista. Na oportunidade de seu privilégio enquanto branca, pode defender e proteger sua filha de uma situação de discriminação. “

Categoria 2 - respostas relacionadas a conscientização

- “Influenciadora demonstrando palavras usadas no brasil com origem em línguas de países africanos”
- “Discussão e reflexão com o uso de termos racistas.”
- “Um questionamento na TV sobre nomenclatura de móveis como “criado mudo” e outras falas que reproduzimos sem questionar.”
- “Várias ações educativas, introdução de literaturas destacando a cultura negra nas escolas”

Categoria 3 - respostas relacionadas a visibilidade

- “Propagandas com pessoas de todas as etnias.”
- “Internet ” visibilidade” de blogueiros negros que tentam desmitificar a cultura negra, âncoras de TV negras e negros.”
- “Atividades onde são destacados pessoas negras de forma positiva”
- “Repórteres negros, divulgação de autores negros, apresentadores negros...enfim, mais visualização de pessoas negras na mídia”

Categoria 4 - respostas relacionadas a instituições políticas

- “Abertura de vagas exclusivas para negros em uma rede de lojas (Magalu); cotas raciais em universidades. ”
- “Cotas raciais em várias situações Universidade / trabalho ”
- “Política de cotas, programas de contratação de pessoas pretas, demarcação de terras indígenas e quilombolas”

Os exemplos de antirracismo lembrados pelos participantes foram divididos em quatro categorias de acordo com a semântica das respostas. A primeira categoria agrupou respostas relacionadas à resistência. Os exemplos podem justificar os elementos centrais da representação social de práticas antirracistas, uma vez que em seus elementos centrais encontramos as palavras “luta” e “mudança”. Provavelmente pela forte associação do antirracismo à resistência se deve ao fato de que um potente dispositivo de prática antirracista são as manifestações públicas por mudanças institucionais e culturais que possam promover igualdade racial (Nogueira, 2016, p. 122). O movimento "Vidas Negras Importam", por exemplo, é uma iniciativa que surgiu nos Estados Unidos para denunciar a violência policial contra pessoas negras e reivindicar mudanças estruturais no sistema de justiça criminal.

A categoria "resistência" pode ser relacionada ao conceito de "privilegio branco", que se refere aos benefícios sociais que as pessoas brancas recebem em

virtude da cor de sua pele. Segundo Hasenbalg (1979), o privilégio branco é um mecanismo de manutenção da dominação branca que se manifesta na sociedade brasileira através de várias formas de discriminação racial. O exemplo citado na categoria, da artista branca que utilizou seu privilégio para defender sua filha negra de um ataque racista, ilustra essa ideia de que a resistência antirracista pode surgir de diversas formas, inclusive a partir do reconhecimento dos privilégios que determinados grupos possuem em relação a outros. Ações que visam a conscientização sobre o privilégio branco e a promoção da igualdade racial são fundamentais para a construção de uma sociedade antirracista no Brasil (BRASIL, 2001).

A segunda categoria une respostas relacionadas à conscientização. Esta categoria dialoga com elementos presentes no núcleo e na periferia das representações sociais de práticas antirracistas. Alguns elementos presentes na análise prototípica como educação, consciência e reparação, tal como sua organização na análise de similitude podem ser justificadas pelas respostas presentes nesta categoria. Uma vez que através de ações educativas e discussões que buscam desmistificar a cultura e a história negra no Brasil, é possível gerar a conscientização sobre a existência do racismo estrutural e como ele se manifesta na sociedade. Autores brasileiros que abordam a questão do racismo e sua relação com a educação incluem Paulo Freire (1996), que enfatiza a importância da conscientização crítica para a transformação social, e Kabengele Munanga (2004), que destaca a necessidade de uma educação antirracista para combater o racismo e promover a diversidade cultural. Além disso, a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, também reforça a importância da educação na luta contra o racismo no Brasil.

As respostas da categoria 3 evidenciam a importância da visibilidade de pessoas negras na mídia como uma forma de combater o racismo. A representatividade é fundamental para desconstruir estereótipos e promover a valorização da diversidade étnico-racial na sociedade brasileira. Nesse sentido, autores como Munanga (2004) destacam a necessidade de se construir uma pedagogia da diversidade que contemple a história e a cultura afro-brasileira e africana nos diferentes espaços educacionais. Além disso, Hall (2003) argumenta que a mídia tem um papel crucial na construção de identidades e que a ausência ou representação estereotipada de determinados grupos pode reforçar relações de

poder e exclusão. Assim, é fundamental que haja uma maior diversidade na produção midiática, contemplando a pluralidade de vozes e identidades presentes na sociedade brasileira.

As respostas relacionadas à categoria 4 indicam ações políticas e institucionais que visam combater o racismo e promover a igualdade racial. A política de cotas raciais, por exemplo, é uma medida que tem como objetivo garantir a inclusão de pessoas negras e indígenas em universidades e no mercado de trabalho, setores historicamente dominados por brancos (Lopes, 2018). A demarcação de terras indígenas e quilombolas é outra ação que busca garantir os direitos dessas comunidades, muitas vezes ameaçadas por invasões e exploração predatória. Essas ações são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial do país (Santos, 2016).

Análise de conteúdo da questão 8 -**Como você acredita que as pessoas do seu contexto familiar, profissional e pessoal pensam sobre o racismo?**

Categoria	Número de ocorrências	Porcentagem
Consciência	78	38,42%
Indiferença	42	20,69%
Negação	38	18,72%
Preconceito	40	19,70%
N/A	5	2,46%
Total	203	100,00%

Categoria 1 - respostas relacionadas à consciência

- “Sobre o racismo ser a raiz dos problemas da sociedade brasileira”
- “A maioria reconhece que o racismo existe e vivemos num país racista. “
- “Uma mazela da sociedade que precisa ser combatido com luta e coletividade “
- “Que é real, que estamos passíveis de reproduzi-lo se não refletirmos e praticarmos o antirracismo. “

Categoria 2 - respostas relacionadas à indiferença

- “A maioria fala sobre o racismo mas não fazem nada para mudar no dia a dia
“
- “Ou não sabem muito sobre o assunto ou se sabem ficam calados.”
- “Creio que pensam como algo negativo, mas permanecem "neutras" na prática. “

Categoria 3 - respostas relacionadas à negação

- “A maioria acha que é mi-mi-mi”
- “Infelizmente, muitos acreditam que é exagero”
- “Muitos desconsideram piadas extremamente discriminatórias como racismo. Apenas agressões físicas são crime.”
- “Infelizmente, muitos ainda acham que racismo não existe ou acham que o racismo reverso existe.”

Categoria 4 - respostas relacionadas à preconceito

- “Algumas pessoas, especialmente as mais velhas, são racistas, mas dizem que não são, e em toda conversa falam de modo racista, sem perceber. Mesmo sendo repreendidos.”
- “Infelizmente, existem ainda dentro da família pessoas racistas.”
- “Alguns demonstram ser racistas, embora não admitam. “

As respostas para essa pergunta aberta foram categorizadas em consciência, indiferença, negação e preconceito. Na categoria 1, com 39% das ocorrências, estão as respostas relacionadas à consciência. O padrão de respostas da categoria remete ao entendimento de que a consciência sobre o racismo aponta para uma compreensão geral de que o racismo é uma realidade presente na sociedade brasileira. Esta consciência é fundamental para que medidas de combate ao racismo e reparação histórica sejam aplicadas (Gomes, 2005). A análise prototípica de racismo aponta alguns elementos que indicam entendimento sobre a problemática social do racismo como crime, injustiça e desigualdade.

A segunda categoria teve respostas relacionadas à indiferença em relação ao racismo, totalizando 21% do total. Os casos de indiferença em relação ao racismo são ilustrados pelas respostas com exemplos em que as pessoas reconhecem a existência do problema, mas não tomam atitudes para combater a discriminação racial em seu cotidiano. Segundo Gomes (2005), a indiferença é uma forma de

perpetuação do racismo, pois ao não agir contra a discriminação, a pessoa acaba contribuindo para a manutenção da desigualdade racial. Portanto, a indiferença é uma das principais barreiras para a promoção da igualdade racial no Brasil, pois impede ações efetivas de combate ao racismo.

A negação do racismo por parte das pessoas, como apontado na categoria 3, contribui para a perpetuação das desigualdades raciais (Bento, 2002). Uma vez que a negação do racismo e a crença na igualdade racial aparente são formas de racismo simbólico que dificultam a luta contra o racismo estrutural.

As respostas que se enquadram na categoria de preconceito indicam a presença de racismo em diversos contextos, incluindo o familiar e profissional. Segundo a antropóloga Lia Vainer Schucman (2013), o racismo no Brasil está presente tanto nas instituições e leis quanto no cotidiano das pessoas, sendo naturalizado de tal forma que muitas vezes nem é percebido. O preconceito pode se manifestar de forma explícita ou sutil, como em piadas, comentários ou comportamentos discriminatórios que perpetuam estereótipos e desigualdades. Na análise prototípica, o preconceito é um elemento central na compreensão do racismo, o que pode indicar o entendimento social de que a presença do preconceito é uma manifestação do racismo que se expressa por meio de comportamentos, atitudes e discursos discriminatórios (Guimarães, 2004).

Análise de conteúdo da questão 9 - **Como você acredita que as pessoas do seu contexto familiar, profissional e pessoal pensam sobre o antirracismo?**

Categoria	Número de ocorrências	Porcentagem
Apoio	72	35,29%
Indiferença	53	25.98%
Negligência	41	20.09%
Desconhecimento	29	14.22%
N/A	9	4.41%
total	204	100%

Categoria 1 - respostas relacionadas a apoio

- “Tratar a todos com respeito”
- “Acham um movimento importante”

- “Práticas essenciais para o desenvolvimento e diminuição da desigualdade do país”

Categoria 2 - respostas relacionadas à indiferença

- “A grande maioria acredita que há exagero nos movimentos negros”
- “A maioria pensa ser necessário, mas outros acreditam que os direitos são para todos e que reclamamos demais e somos agressivos.”
- “A maioria das pessoas que fazem parte do meu círculo familiar, pessoal e profissional não param para falar de práticas antirracistas”

Categoria 3 - respostas relacionadas à negligência

- “Não pensam e não discutem sobre o assunto”
- “Por não reconhecer ou querer se responsabilizar por está causa humana acabam por enfraquecer ou retardar a evolução desta necessária luta”
- “De maneiras diversas, em grande maioria com despreocupação, sentindo-se alheias ou incomodadas”

Categoria 4 - respostas relacionadas à desconhecimento

- “A maioria nem sequer conhece”
- “A maioria não tem conhecimento sobre antirracismo.”
- “Acredito que a maioria desconhece o termo ou formas de praticar”

A primeira categoria de respostas somou 35% do total, sendo a mais popular. As respostas relacionadas a apoio em relação ao antirracismo podem justificar o elemento central necessário, presente na análise prototípica do termo “práticas antirracistas”. Essa ligação pode ser entendida porque as respostas relacionadas ao apoio às práticas antirracistas são um reflexo da percepção de que o antirracismo é necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Ribeiro, 2019). As pessoas que demonstram apoio às práticas antirracistas reconhecem a importância da luta contra o racismo e a necessidade de se adotar medidas concretas para combatê-lo. Essas práticas incluem desde a educação antirracista, a valorização da diversidade cultural e étnica, até políticas públicas que visem promover a igualdade racial.

A categoria 2, de respostas relacionadas à indiferença popular em relação às práticas antirracistas é formada por 26% do total. Sendo uma das categorias mais

presentes na análise das respostas sobre o antirracismo. Essas respostas refletem uma falta de engajamento e comprometimento com a luta contra o racismo, e podem estar relacionadas ao desconhecimento e à falta de informação sobre o tema. Autores brasileiros como Kabengele Munanga (2004) e Sueli Carneiro (2018) destacam a importância da educação antirracista como uma ferramenta fundamental para combater o racismo, e evidenciam a necessidade de se discutir o tema para que mais pessoas se conscientizem sobre a importância do antirracismo e se engajem na luta contra a discriminação racial.

As respostas relacionadas à negligência em relação às práticas antirracistas refletem a resistência em reconhecer a importância da luta contra o racismo. Essas representações sociais podem ser relacionadas ao elemento central "mudança" presente na análise prototípica do termo "práticas antirracistas", já que essas práticas são entendidas como necessárias para transformar a sociedade e promover uma mudança real na luta contra o racismo (Nogueira, 2018). As respostas desta categoria também indicam como a herança do mito da democracia racial, cultura na qual o racismo é ignorado e desacreditado, pode ter influenciado para a falta de engajamento e implicação que o brasileiro dedica ao tema (Munanga, 1999).

As respostas relacionadas ao desconhecimento em relação ao antirracismo também podem estar associadas à falta de informação e de educação antirracista na sociedade brasileira. Essa categoria de respostas também pode ser relacionada ao elemento central "educação" presente na análise prototípica do termo "práticas antirracistas", já que essas práticas exigem um conhecimento prévio sobre o racismo e as formas de combatê-lo. O desconhecimento sobre o tema pode perpetuar a manutenção do sistema racista e dificultar o engajamento em práticas antirracistas efetivas (Bento, 2002).

Considerações finais

Compreender como as práticas antirracistas são percebidas e compreendidas pelas pessoas é fundamental para o avanço da luta antirracista. Ao investigar como as pessoas entendem e interpretam as práticas antirracistas, é possível identificar pontos de resistência e de apoio, bem como as lacunas no entendimento do público sobre o tema. Essa pesquisa pode contribuir para a elaboração de estratégias mais eficazes de conscientização e sensibilização sobre o racismo, promovendo a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais. Além disso, o estudo das percepções sobre as práticas antirracistas pode auxiliar na identificação de demandas e necessidades específicas de grupos sociais marginalizados, possibilitando a elaboração de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

A escolha de pesquisar as representações sociais de práticas antirracistas permitiu investigar como essas práticas são compreendidas e interpretadas pelas pessoas. No entanto, é importante considerar que a amostra de respondentes formada majoritariamente por graduados ou pós-graduados pode ter impactado na percepção do racismo como um problema social, uma violência e na percepção do antirracismo e do movimento negro como lutas necessárias, educacionais e igualitárias. Este recorte e os resultados obtidos a partir de seus dados, podemos observar o quanto o fator educacional pode ter relevância para o entendimento do racismo.

Não deixemos esquecer que a negação do racismo é uma potente arma de manutenção do sistema racista, uma vez que deslegitima a importância da luta antirracista. Ao analisar os dados, portanto, pudemos observar o quanto as representações sociais de práticas antirracistas e de movimento negro estavam iluminadas por um discurso que não nega a existência do racismo e a importância de seu combate. Notamos, através da análise prototípica, a educação como elemento central na representação social de práticas antirracistas; a análise de conteúdo de perguntas sobre antirracismo justificou este elemento central, uma vez que a conscientização aparece como categoria principal. Estes resultados respaldam as respostas da pergunta fechada, na qual o ensino formal aparece como uma das principais fontes de informação sobre o tema entre os participantes. Entendemos

então, o potencial conscientizador da educação. A partir do ensino escolar sobre o tema, é possível desenvolver uma consciência crítica sobre o racismo e suas consequências, bem como fomentar o engajamento em práticas antirracistas.

No entanto, é importante lembrar que o racismo é um problema que afeta a sociedade como um todo, independente do nível de escolaridade ou posição social. Portanto, é necessário investigar as percepções e compreensões das práticas antirracistas em diferentes camadas da sociedade, para que se possa promover a conscientização e a luta contra o racismo de forma ampla e efetiva.

A teoria das minorias ativas, desenvolvida por Moscovici (1985), postula que uma minoria pode exercer influência social ao promover mudanças na sociedade por meio de suas ideias e ações. Nesse sentido, os resultados da sua pesquisa sobre representações sociais de práticas antirracistas e movimento negro podem ser relacionados com essa teoria.

Ao identificar que a educação e a luta do movimento negro são elementos centrais nas representações sociais de práticas antirracistas, podemos inferir que essas práticas são vistas como uma forma de conscientização e mudança social. Além disso, a percepção do racismo como um problema social indica que houve uma conquista de conscientização por parte das minorias raciais ao se organizarem politicamente para promover o antirracismo.

Essa conscientização pode ser entendida como a formação de uma minoria ativa que, por meio de suas ideias e ações, busca influenciar a opinião pública e promover mudanças na sociedade em relação ao combate ao racismo. No entanto, os resultados da sua pesquisa também indicaram a presença de negação e ignorância em relação ao antirracismo, o que evidencia a importância da persistência na luta por conscientização e mudança social.

Em resumo, os resultados da sua pesquisa indicam a presença de uma minoria ativa que busca promover práticas antirracistas e conscientização sobre o racismo. Isso é fundamental para o avanço na luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

Abric, J. C. (1993). Central system, peripheral system: Their functions and roles in the dynamics of social representations. In R. M. Farr and S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 191-212). Cambridge: Cambridge University Press.

Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. *Estudos interdisciplinares de representação social*, 2(1998).

Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.

Almeida, L. M. (2019). O racismo estrutural como estratégia de dominação: uma análise crítica das relações raciais no Brasil. *Revista Jurídica Cesumar*, 19(2), 487-510.

Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural* (1st ed.). Editora Jandaíra.

Alvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). Racismo e exclusão social: contribuições da psicologia social para a análise do fenômeno. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 7-14.

Araújo, E. C. de (2018). A representação social do racismo e as múltiplas identidades dos afrodescendentes.

Araújo, L., & Nascimento, D. (2017). O racismo institucional no Brasil: A trajetória da população negra na construção do país. *Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, 7(1), 45-59.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70. (Original publicado em 1977)

Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 5-58). Rio de Janeiro: Vozes.

Brasil. (2012). Lei N° 12.711.

Camargo, B.V., & Justo, A.M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.

Camargo, B.V., & Justo, A.M. (2016). IRAMUTEQ: um software para análise de dados textuais. In *Anais do XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP* (pp. 1-12). São Paulo: ANPEPP.

Carneiro, S. (2018). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (26), 11-34. doi: 10.1590/0103-335220182603

Carone, I. (1988) O Movimento Negro no Brasil: elementos para uma análise histórica. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 67-91.

Carone, I. (2002). Breve histórico de uma pesquisa psicosocial sobre a questão racial brasileira. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, 5, 13-23.

Carone, I. Bento, M. A (2021). *Antirracismo, uma Introdução*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2021.

Carone, I., & Bento, M. A. S. (2020). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes.

Carvalhes, G. M., Silva, S. A., & Lima, R. P. (2020). Racismo, poder e subjetividades: Contribuições teóricas e práticas para a educação antirracista. *Revista Espaço Pedagógico*, 27(1), 11-30.

Cavalcante, F. G. A., & Leal, L. M. (2015). Racismo institucional: um desafio para o enfrentamento das iniquidades em saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(3), 689-698.

Chaves, A. P. A. (2020). As representações sociais dos transtornos mentais: análise estrutural das evocações livres e induzidas de estudantes universitários. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conselho Federal de Psicologia. (2017). Relações Raciais: Referências Técnicas Para a Atuação de Psicólogas (os) (1st ed.). CREPOP.

Crawford, M. (2017). The evolution of anti-racist movements: Resistance and intervention. International Journal of Humanities and Social Science Research, 7(1), 1-12.

Crawford,, M. (2017). "Racism," in Race and Racism in the United States: An Encyclopedia of the American Mosaic, edited by Charles A. Gallagher. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO.

Cunha, H. A. (2013). Africanidades e Afrodescendência na Educação Brasileira. In N. C. P. Luz (Org.).

Cunha, O. (2016). Movimento negro e políticas públicas. Revista Brasileira de Educação, 21, e21626. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782016210009>.

D'Adesky, J. (2020). A morte da verdade: Notas sobre fake news, conspirações e o futuro da democracia. São Paulo: Companhia das Letras.

da Silva, D. F. F. M., da Silva Santos, W. C., de Oliveira Fernandes, A., & Campos, L. L. (2020). História, memória e ressentimento: revisitando a trajetória de exclusão da população negra no Brasil. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, 6.

Damasceno, S (2015). Racismo e crimes de ódio: reflexões sobre o papel do Estado na proteção das vítimas. Revista Jurídica Cesumar, v. 15, n. 2, p. 327-343, 2015.

Davis, A (2016). Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

De Sousa Santos, B. (2010). Descolonizar el saber, reinventar el poder. Ediciones Trilce.

Farias, M. F., & Silva, A. F. da. (2018). Educação das relações étnico-raciais: um estudo sobre a Lei 10.639/03. Revista HISTEDBR On-line, 18(74), 33-50.

Felisberto, J. C (2018). A revolta da Chibata. São Paulo: Clube de Autores, 2018.

Flament, C. (1985). Structure et dynamique des représentations sociales. Psychologie française, 30(4), 233-249.

Fonseca, A. O. da. (2019). A importância da valorização da cultura afro-brasileira na educação infantil. Revista Acadêmica Multidisciplinar, 4(2), 118-129.

Fonseca, C. L. da; Ribeiro, J. R. (2021). A branquitude e suas implicações na psicologia social brasileira: uma revisão de literatura. Estudos de Psicologia (Campinas), 38, e200001. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e200001>

Furtado, J P; Camilo, V (2017). Biopoder e desigualdade racial no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 1, n. 26, p. 207-232, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcn/a/hDD95HjWqtJFvL57PmzZ9dB/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2023.

G1. (2020, 30 de maio). Movimento Vidas Negras Importam ganha força após morte de George Floyd nos EUA. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/30/movimento-vidas-negras-importam-ganha-forca-apos-morte-de-george-floyd-nos-eua.ghtml>

Gomes, R (2017). et al. Racismo e saúde: uma introdução ao tema. In: GOMES, R. et al. (Orgs.). Racismo e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 13-27.

Gonzales, L. (2018) Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciência Hoje, v. 43, n. 253, 2008.

Guedes, S. L; Campos, D. A (2022). O papel do branqueamento na construção de identidade nacional brasileira. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, v. 28, n. 4, p. 192-212, 2022.

Guimarães, A. S. (1999). Racismo e antirracismo no Brasil. Editora 34.

Guimarães, A. S. (2002). Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34.

Guimelli, C. (1994). Structures and processes in social representations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), Social representations (pp. 186-209). Cambridge: Cambridge University Press.

Hall, S. (2003). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação & Realidade, 28(2), 89-102.

Hasenbalg, C. A., & Silva, N. V. da. (1988). Relações raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.

Hernandez, B. C., Arcossi, M. S., & Guareschi, P. A. (2013). The contributions of Moscovici to the social psychology of resistance. Culture & Psychology, 19(2), 209-225. <https://doi.org/10.1177/1354067X12473962>

Hoffmann, J. A., & Neto, F. M. C. (2021). A emergência da questão racial na agenda pública do Brasil. Revista de Administração Pública, 55(1), 30-49.

Hofstadter, R. (2019). Social Darwinism in American Thought. Beacon Press.

Hooks, B. (1994). Teaching to transgress: Education as the practice of freedom. Routledge.

Hoyt Jr, L. H. (2020). Racism, prejudice, and discrimination. In D. B. Weiner & W. E. Craighead (Eds.), The Corsini Encyclopedia of Psychology (pp. 1-4). John Wiley & Sons.

IBGE. (2018). Censo Demográfico 2018: Características Gerais dos Domicílios, Moradores e Domicílios e Rendimento. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Jodelet, D (2001). Contribution à l'étude de la representation sociale. Les représentations sociales. Presses Universitaires de France, 2001, p. 31-61.

Jovchelovitch, S. (2007). Knowledge in Context: Representations, Community and Culture. London: Routledge.

Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Lima, M. P. (2020). Raça e racismo: reflexões sobre a construção de uma identidade negra. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 24, e190808. <https://doi.org/10.1590/interface.190808>

Lima, M. P., & Vala, J. (2014). Racialização e racismo: duas faces da mesma moeda. Psicologia & Sociedade, 26(3), 505-514.

Lopes, M. C. (2018). Cotas raciais nas universidades brasileiras: uma análise dos impactos e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, 48(167), 197-215.

- Maia, J. A. C., & Zamora, A. R. (2018). A influência da teoria racial na construção da identidade nacional brasileira. *Revista Brasileira de História*, 38(78), 229-252. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/3grjGy2Yf9XQ7dQYDXKjV7z/?lang=pt>. Acesso em 29 mar. 2023.
- Mandela, N (2013). *Long Walk to Freedom*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Marchand, P., & Ratinaud, P. (2012). Une méthode d'analyse statistique des correspondances avec représentation graphique à aire proportionnelle. *Bulletin de méthodologie sociologique*, 115(1), 5-26.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Moliner, P.; Abric, J.C. (2016). Méthodes D'étude Des Représentações Sociales. In: F. Sardel & A. Pasquet (eds.), *traité de psychologie sociale* (pp. 45-76). paris: dunod.
- Monteiro, S., & Musumeci, L. (2005). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Editora Vozes.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France. [Tradução para o inglês: Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis: Its image and its public*. Polity.]
- Moscovici, S. (2011). *A psicologia das minorias ativas*. Editora Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *A representação social da psicanálise*. Zahar. (Original publicado em 1961).
- Moura, C (2011). *O racismo em Portugal e no Brasil: uma perspectiva comparativa*. São Paulo: Alameda, 2011.
- Moura, C. (2011). *Dialética radical do ser negro*. EDUFBA.
- Munanga, K (2014). *Movimentos Negros no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- Munanga, K. (1986). O movimento negro no Brasil. In *Movimento social: estudos e pesquisas* (Vol. 7, pp. 11-33). ANPOCS.
- Munanga, K. (2001). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: uma questão em aberto. *Estudos afro-asiáticos*, 23(1), 47-67.
- Munanga, K. (2004). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. In M. S. Guimarães & J. A. Novais (Orgs.), *Raça e política* (pp. 159-180). Editora UFMG.
- Newton, H(2013). *A sabedoria dos Panteras Negras*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2013.
- Nogueira, J. M. (2016). Identidade racial e antirracismo no Brasil: percursos da sociologia da igualdade. In: *Sociologia da Igualdade e das Desigualdades* (pp. 119-134). Editora Unesp.
- Oliveira, L. A (2015). O apagamento do negro na cultura brasileira: a construção de um silenciamento identitário. In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História da Educação*, Recife, 2015. p. 1-14. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/anaishistedbr/11/anais/pdf/ANALIS_HISTEDBR2015_10731.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.
- Pereira, M. A. (1997). Estudos de representação social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 61-81). São Paulo: Cortez Editora.
- PINTO, A. F. M. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2016.

Piza, E. (2019). A construção do racismo científico no Brasil: o caso de Nina Rodrigues. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 26(3), 779-795. doi: 10.1590/s0104-59702019000400004

Rattner, H. (2002). Os sentidos do medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Revista Galileu. (2020, 05 de junho). Sobre a história do movimento Black Lives Matter. <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2020/06/sobre-historia-do-movimento-black-lives-matter.html>

Ribeiro, D. (2017). O que é lugar de fala?. Letramento.

Ribeiro, D. (2017). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento.

Rodrigues, H. V. (2006). Racismo e discriminação racial no Brasil. In L. A. da Silva & P. A. da Silva (Orgs.), *Estudos sobre o racismo no Brasil* (pp. 47-57). São Paulo: Editora 34.

Rodrigues, J (2006). O racismo no Brasil: a hierarquia dos privilégios. São Paulo: Contexto.

Roland, E. (2008). O negro brasileiro e a construção da subcidadania. *Estudos Avançados*, 22(63), 131-144.

Sá, C. P. (1996). Estrutura e conteúdo das representações sociais. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Sá, c. p. de. (2011). Representações sociais: o estado da arte. In: Jodelet, d. (org.). *As representações sociais*. rio de janeiro: eduerj, p. 17-44.

Santana, M., Meireles, A., & Carvalho, E. (2019). Ações afirmativas na educação superior: um estudo sobre os impactos da Lei nº 12.711/2012 na UFG. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(1), 175-193.

Santos, B. de M. (2016). Ações afirmativas e justiça cognitiva: o reconhecimento como matriz de novos direitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (106), 97-121.

Sawaia, B. B. (2001). Cultura, subjetividade e objetividade: questões para a psicologia social contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 6-23.

Schucman, L. V. (2000). Identidade Nacional Brasileira: as imagens do Brasil na obra de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, 20(39), 203-218. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000200011

Schucman, Lia Vainer. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 68-69.

Serres, M. (2011). O contrato natural. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Silva, A. F. da. (2002). A representação social do racismo e sua interface com a saúde mental. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 11-18.

Silva, A. R. da. (2003). Racismo no Brasil e afrodescendência. *Cadernos de Pesquisa*, (118), 83-108.

Silva, J. A., & Souza, D. J. (2015). Racismo e preconceito no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, 15(178), 103-110.

Silva, P. B. G (2023). Branqueamento e purificação étnica: interrogações histórico-identitárias sobre educação e resistência. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 11, 2012. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/83/59>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Silva, P. M. P.; Souza, J. B. L (2015). Raça, racismo e saúde: uma revisão bibliográfica. Revista Baiana de Enfermagem, v. 29, n. 1, p. e28451, 2015.

Silva, P. S. da.(2003) O que é racismo. São Paulo: Brasiliense.

Silva, V. B. (2014). História, resistência e identidade negra no Brasil. Revista Acadêmica Observatório de História, 8(2), 1-16.

Silva, V. M. da. (2017). Ações afirmativas no Brasil: um desafio entre o universalismo e o particularismo. Revista Brasileira de Ciência Política, (24), 143-174.

Soares, B. M. (2014). A raiva como mobilizadora do ativismo negro no Brasil. Revista Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-americanos, 4(2), 81-94.

Tajfel, H. (1984). Grupos humanos e categorias sociais. Lisboa: Livros Horizonte.

Turra, C. M. (2015). Racismo e discriminação racial no Brasil. In S. Miceli (Ed.), O que ler na ciência social brasileira (pp. 363-384). Editora Sumaré.

UOL. (2022, 15 de março). Vidas Negras Importam ganha força após morte de jovem em favela no RJ. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/15/vidas-negras-importam-ganha-forca-apos-morte-de-jovem-em-favela-no-rj.htm>

Van Den Berghe, P. L. (1978). Race and racism: A comparative perspective. New York: John Wiley & Sons.

VARGAS, João Costa. Racismo, nacionalismo e biopolítica: o Brasil em contextos transnacionais. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

Wachelke, J. F., & Wolter, R. C. (2011). Análise de evocação de palavras e representações sociais. Em R. C. Wendt, J. Valsiner & D. A. R. Wendt (Eds.), Psicologia Cultural: Desafios para a construção de pontes (pp. 247-262). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Werneck, J. (2016). Racismo institucional: Em direção a uma compreensão ampliada de saúde e doença. Ciência & Saúde Coletiva, 21(5), 1583-1590. doi: 10.1590/1413-81232015215.22132015.

Wolter, R., & Sá, C. P. (2013). Representações sociais da caça para caçadores. Psicologia & Sociedade, 25(3), 678-688. DOI: 10.1590/S0102-71822013000300022

Zanova, A. (2012). Eugenia e racismo no Brasil: uma história (nem tão) recente. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, 25(14). Recuperado de: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/1984-7289.2012v25n14p101>

